



O presidente da OAB-PB, Vital do Rego, sendo preso em João Pessoa.

SARNEY REPUDIADO APELA PARA LSN

Tanques e tropas do Exército, Marinha, Polícia Militar, Polícia Rodoviária e Polícia Federal foram acionados em João Pessoa para impedir um ato contra o presidente Sarney. O governo voltou a usar a Lei de Segurança Nacional contra o povo. Pág. 3

EDITORIAL

Canoa furada

Buscar nas baionetas o apoio que não encontra no povo. Esta é a tática tresloucada de José Sarney. Apesar da ofensiva desesperada que empreendeu contra a Constituinte, o presidente percebeu que sua causa está perdida. Que, por força do sentimento irrefreável que tomou conta dos brasileiros, a tendência de votar por quatro anos de mandato e pelo parlamentarismo é inequivocamente majoritária.

Diante deste quadro adverso às suas ambições, Sarney não vacila inclusive em insuflar os guardas-marinha a desacatar a Constituinte. "É preciso aguentar o fogo que a vitória é nossa", bradou Sarney, parafraseando o almirante Barroso na batalha de Riachuelo. "Nossa"? De quem? Na ocasião o almirante comandava um barco de guerra e falava da vitória do Brasil. Agora, Sarney não comanda nada — não consegue consenso nem entre seus ministros, não tem sustentação de nenhum partido — encontra-se quando muito numa jangada em frangalhos, prestes a naufragar e, o que é mais grave, sua permanência (ou sua vitória) representa cada dia mais uma fonte de desgraça para o país.

Mas, como diz nosso povo, desgraça pouca é tiquinho. Os generais, de bom grado, resolveram fazer coro com o falido comandante de jangada maranhense. Durante toda a semana ouvimos reiteradas advertências de militares contra a realização de eleições em 1988. Como pretexto, dizem que o pleito necessita, como pré-requisito, um clima de paz e tranquilidade. E mais, que a campanha eleitoral poderia agravar a crise econômica. Bem se vê que este assunto — eleição — é inteiramente estranho aos militares. O fator de intranquilidade é exatamente o imperador — desculpem, almirante, ou melhor, presidente — incompatibilizado com a nação. Quanto mais se prolongar a sua agonia, mais profunda a crise institucional e, evidentemente, maior a incapacidade

de decisões, no terreno da economia, para sanar as dificuldades. E, para completar, quanto mais as Forças Armadas se intrometerem na vida política, maiores os percalços para a vitória do Brasil na batalha pela democracia e pelo progresso.

Fruto destas intromissões indevidas, a votação do sistema de governo, que deveria entrar em pauta na quarta ou quinta-feira passadas, acabou sendo adiada. Percebe-se que as atividades antidemocráticas estão coordenadas com as forças do "Centrão" dentro da Constituinte. E, de certa forma, que existem grupos vacilantes, intimidados com tanto barulho, dispostos a abrir mão de interesses fundamentais do povo para acalmar os arreganhos golpistas.

Nossa vitória, do povo, da nação, da democracia, da liberdade, não pode ser barganhada a troco de ambições descabidas de Sarney. Parlamentarismo e quatro anos de mandato são exigências que ganharam as ruas e, por representarem soluções concretas para problemas urgentes, repercutiram na Constituinte, conquistando a maioria do plenário. É inadmissível que o presidente e os generais tentem impor-se contra a Constituinte por que esta instituição soberana não satisfaz seus desejos.

Não é hora dos democratas recuarem. Mas é necessário que busquem respaldo na mobilização das grandes massas para as mudanças que precisam ser feitas. Os adversários das transformações ainda se atrevem a tantas provocações justamente devido à pequena manifestação da opinião pública, em contraste com os gigantescos comícios de 1984. Não basta que os brasileiros revelem suas opiniões através de pesquisas — que confirmam cabalmente a preferência pelo parlamentarismo e por quatro anos. Os golpistas escutam melhor quando o povo ocupa as praças e grita por liberdade.

EUA preparam ataque à Nicarágua



3 mil soldados dos EUA desembarcaram em Honduras

No dia 17 os Estados Unidos enviaram para a fronteira de Honduras com a Nicarágua quatro batalhões do Exército, totalizando 3.200 soldados. O governo de Ronald Reagan prepara-se para intervir militarmente no pequeno país da América Central. Dois aviões F-5, de fabricação norte-americana, atacaram com foguetes um comando nicaraguense. A Nicarágua solicitou uma reunião do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas para discutir o assunto.

O presidente nicaraguense, Daniel Ortega, denunciou que "os hondurenhos

estão sendo utilizados como carne de canhão pelos EUA", e pediu a "retirada imediata" das tropas ianques de Honduras. Mas o porta-voz do governo estadunidense, Marlin Fitzwater, disse que o envio das tropas "é um sinal dirigido a governos e povos da América Central, para demonstrar a seriedade com que os EUA observam a situação da região", numa ameaça aberta aos países da área. O governo sandinista convocou 15 mil reservistas do Exército para estarem preparados na eventualidade de um ataque norte-americano.

Constituinte: a armação da grande batalha

Faltando poucos dias para a decisão do mandato, Sarney faz uma tentativa desesperada pelos 5 anos. Escora-se nos militares e faz aceno aos empresários. Mas até o fim da semana ainda não tinha maioria na Assembléia. Pág. 3

Luta nacional volta na URSS

Enquanto foi socialista, a URSS possibilitou o desenvolvimento econômico e cultural de todas as nacionalidades. Mas com a tomada do poder pelos revisionistas, a opressão nacional voltou a imperar. Página 5

Sindicalismo classista cria União Metalúrgica

Em São Paulo, na maior concentração operária do país, estruturou-se na categoria dos metalúrgicos a União Metalúrgica. A TO entrevistou os coordenadores desta corrente sobre seus objetivos. Página 8

PM reprime alunos

Uma pacífica manifestação dos estudantes contra a liberação das mensalidades escolares — convocada pela UNE, UBES, UPES e UMES — foi duramente reprimida pela Polícia Militar na última quinta-feira em São Paulo. A repressão chegou a jogar bombas contra os alunos. Feriu alguns e espantou outros quando o protesto estava concentrado na Avenida Paulista. Na esquina da alameda Campinas seis viaturas fecharam a pista, que estava sendo tomada pelos estudantes. Até mesmo um pelotão da tropa de choque foi mobilizado.

Os manifestantes, porém, não se intimidaram. Desceram em passeata pela avenida Brigadeiro Luiz Antônio até a altura da Faculdade Ibero-Americana, quando o ato de protesto chegou a reunir cerca de 30 mil pessoas, segundo estimativas dos organizadores. Foram gritados refrões contra o presidente Sarney, o ministro da Educação, Hugo Napoleão e os constituintes do "Centrão". A direção da UNE, vinculada ao PT, tentou a todo momento partidizar a manifestação, mas não contou com o respaldo dos alunos.



O protesto contra a liberação das mensalidades reuniu 30 mil

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

GORBACHEV NA IUGOSLÁVIA

O elogio da traição

“As acusações infundadas de Stálin contra Tito causaram um grande prejuízo à Iugoslávia e à URSS”. A afirmação, feita pelo senhor Mikhail Gorbachev durante a visita que fez na semana passada a Belgrado (não por acaso, 40 anos após o rompimento de relações entre os dois países), constitui mais um elogio do líder revisionista ao sistema capitalista.

A bem da verdade, Gorbachev não é o primeiro dirigente soviético a paparicar Tito. Antes dele, Kruschov, que deu início à restauração do capitalismo na URSS, havia ensaiado um gesto semelhante. Afinal, eram mesmo “infundadas” as acusações de Stálin contra Tito?

REVISIONISMO

As críticas do partido bol-



Gorbachev com o chefe do governo iugoslavo, Mojsov

BÁLCÃS

Contra o armamentismo

Realizou-se no final de fevereiro em Belgrado, capital da Iugoslávia, uma conferência dos ministros dos negócios estrangeiros da Albânia, Bulgária, Iugoslávia, Turquia, Grécia e Romênia. O encontro revestiu-se de grande importância para os povos da região, quando os ministros trocaram opiniões sobre as possibilidades de desenvolvimento e colaboração multilateral nos Bálcãs em todos os campos onde os interesses daqueles países coincidem, respeitando as diferenças políticas, econômicas, culturais entre outras.

A reunião poderá contribuir para a diminuição da tensão na região balcânica e para a criação de um clima amistoso que servirá à paz e à segurança da região. Durante os debates, os ministros expressaram a convicção de que o avanço das relações bilaterais pode ser alcançado através de um trabalho persistente e da aproxima-

ção realista de todos os países balcânicos. Foram analisadas as propostas de transformação dos Bálcãs numa região sem armas nucleares e químicas e começou-se a criar as condições efetivas para uma reunião de presidentes de Estado ou de governo proximamente. Outra opinião consolidada no encontro foi de que as minorias nacionais nos países balcânicos devem ser um fator de unidade, estabilidade e de relações de amizade e colaboração.

Numa atitude oportunista, Tito negava o reforçamento dos elementos capitalistas no campo e, conseqüentemente, o agravamento da luta de classes. Desprezava a experiência

soviética, “que já havia mostrado que o socialismo não se constrói só na cidade e que, enquanto predominar a forma da pequena produção no campo o capitalismo terá uma base mais sólida que o comunismo”, como assinalou Lênin”.

Tito tratava o campesinato como “um todo único”, como resultado da subestimação da luta de classes no campo, desdenhava o papel dirigente da classe operária (chegou a afirmar em novembro de 1946: “Nós não dizemos aos camponeses que eles são a mais forte pilastra de nosso Estado para ganhar eventualmente seus votos, mas dizemos isto porque eles o são na realidade”). Diluiu o partido comunista (mantido em situação de semiclandestinidade mesmo após a tomada do poder) na Frente Popular composta também por grupos e partidos burgueses.

Tudo isto configurava uma política revisionista e oportunista. Passados 40 anos a realidade revela uma Iugoslávia ostentando uma dívida externa de 19,5 bilhões de dólares; desemprego de 15,5% sobre a população economicamente ativa (cerca de 1 milhão sem trabalho); inflação de 88,1% e estagnação econômica (a produção em 1987 foi apenas 1,4% superior à de 1986, índice menor que o do crescimento demográfico). Nada disto tem a ver com socialismo, são chagas típicas do capitalismo. (Umberto Martins).

O ACORDO EUA X URSS

O gigantesco barril de pólvora, como é conhecida a península balcânica, nunca tinha assistido antes a uma reunião do porte desta de Belgrado. O clima de entendimento, entretanto, não impediu que cada país colocasse suas opiniões a respeito da situação internacional e regional. O discurso do representante albanês, por

exemplo, a par de saudar os esforços dos povos balcânicos no sentido de eliminar os focos de tensão, assinalou que “nos últimos tempos muito se tem falado da importância do acordo concluído entre os EUA e a URSS sobre a eliminação dos mísseis de médio alcance na Europa. O governo albanês pronunciou-se claramente desde o início contra a instalação destas armas, e continua sustentando a necessidade de sua total retirada. Apesar de tudo, é preciso admitir que o acordo entre as duas superpotências não representou mais do que a redução de apenas uma fração simbólica do gigantesco arsenal nuclear de propriedade dos EUA e da URSS na Europa e em volta do Continente. Esta iniciativa não terá valor se não for seguida de outras, mais importantes e efetivas rumo ao desarmamento”.



Os chanceleres de todos os países dos Bálcãs reuniram-se para discutir o desarmamento na região

COLÔMBIA

As eleições sob um clima de terror

Quase 250 assassinatos políticos — as vítimas, na maioria, eram sindicalistas e candidatos opositores — desde o início da campanha eleitoral em janeiro, e a abstenção de mais de 3 milhões, dos 11 milhões de eleitores, foram a marca da primeira eleição para prefeitos municipais na Colômbia. O

Partido Liberal, do presidente Virgílio Barco, obteve o maior número de votos. Na presidência, Barco tem encaminhado o país para um clima de terror político, com a atuação permanente de grupos paramilitares oficiosos assassinando opositores. Mesmo com esse terror, o par-

tido governista foi derrotado pelo Partido Conservador nas duas cidades mais populosas — Bogotá e Medellín. No total, o Partido Liberal ficou com 423 prefeituras; o Conservador com 415, a União Patriótica com 14 e o Novo Liberalismo com nove.



Um dos palestinos atendidos pela delegação brasileira, e o Exército de Israel agredindo mulheres indefesas em Ramallah, na Cisjordânia

PALESTINA

Sob cerco sionista

Dando seqüência à série de reportagens desta TO sobre a visita de uma delegação de profissionais de saúde às regiões ocupadas pelas tropas israelenses na Palestina, publicamos nesta semana o relato do médico ginecologista e obstetra, dr. Antonio Omar Abdel Latif e do professor de medicina social, dr. João José Caraméz:

“No campo de Jabala, ficamos alojados na casa de uma família palestina. Visitamos todas as instalações e observamos as precárias condições sanitárias, com esgoto a céu aberto e a ausência de drenagem de águas fluviáteis. Tivemos contato com os médicos e o responsável pelo centro de saúde do campo e acompanhamos o atendimento. O governo israelense não fornece as mínimas condições para o funcionamento da unidade: existem apenas sete médicos para uma população de aproximadamente 50 mil pessoas. No atendimento pediátrico, constatamos um alto grau de desnutrição. No primeiro dia de nossa visita, foram atendidas dez pessoas, entre mulheres grávidas e crianças, com graves contusões, provocadas pe-

la truculência das forças de ocupação”.

“Dois dias depois, assistimos a um confronto, em frente à clínica em que nos encontramos, entre os soldados israelenses e a população. Houve invasões de residências e logo em seguida atendemos três crianças e sua mãe, todos com fraturas nos braços. Uma outra mulher, de 22 anos, também foi atendida. Estava grávida de um mês e com sangramento provocado por espancamentos. Em várias casas visitadas no campo, constatamos inúmeros casos de fraturas de braços e pernas de trabalhadores que tiveram suas moradias invadidas. Apesar de toda a violência, os palestinos apresentavam uma firme posição de revolta diante das atrocidades cometidas, afirmando a disposição de lutar pelo solo pátrio até a última pedra. Observamos muitas pichações nos campos visitados, denunciando os opressores israelenses exigindo a libertação da Palestina. Até mesmo as crianças de sete a dez anos de idade participam de barricadas para tentar impedir a passagem de tropas dentro do campo”.

NOVAS RESTRIÇÕES

Na semana passada, a violência se intensificou nos territórios ocupados da Cisjordânia e Faixa de Gaza, no segundo dia de uma greve geral que paralisa o comércio e os serviços públicos. As tropas israelenses impuseram novas restrições ao povo palestino: o fornecimento de combustível para os territórios está cortado há quatro dias, a Faixa de Gaza está sob toque de recolher, as viagens estão proibidas — exceção feita aos que trabalham em Israel — as ligações telefônicas com o exterior são impedidas e foi comunicado aos palestinos que a entrada de dinheiro estrangeiro foi interrompida. Todas essas medidas e outras, como o fechamento da fronteira com a Jordânia só têm um objetivo: tentar esmagar a resistência palestina que ganhou grande impulso a partir do dia 9 de dezembro do ano passado. Mas segundo o diretor do serviço de imprensa palestino em Jerusalém, Elias Zananiri, “Israel está prestando um grande favor aos palestinos. Está recrutando mais palestinos para a revolta”.

AABA

Divulgando o socialismo

A Associação de Amizade Brasil-Albânia (AABA) realizou, no último dia 12 de março, o balanço de suas atividades e a eleição da nova diretoria da entidade. Durante a reunião, a presidenta da gestão anterior, Vânia Moura Ribeiro, apresentou um relato do que foi feito em 86 e 87 em prol da amizade dos povos brasileiros e albanês. Do lançamento do livro “A luta contra o revisionismo Soviético em comemoração dos 25 anos da realização da reunião de Moscou”, em janeiro de 86, até o ato de comemoração ao 43º aniversário da Libertação e do 75º ano da Independência Nacional da Albânia, em novembro de 87, dezenas de associados da AABA ajudaram a promover os mais diversos eventos apresentando as vitórias alcançadas pelo povo albanês em vários campos da atividade econômica, social e cultural.

Neste período foi organizado um audiovisual sonorizado com 130 slides, editados com a colaboração do jornalista Luiz Manfredini, que já havia produzido um livro — “Horizonte vermelho nos Bálcãs” — sobre uma viagem à Albânia. Mas o ponto alto das programações ficou por conta da recepção ao embaixador da República Popular Socialista da Albânia em Brasília e São Paulo, em março de 87. Piro Andoni e Kruked Kra-



Vânia Ribeiro (ao centro) faz o relato de sua gestão na AABA

ya, respectivamente embaixador e secretário diplomático, se encontraram com deputados constituintes, trocando opinião sobre a importância da normalização das relações diplomáticas entre os dois países. No mesmo dia, a delegação albanesa foi recebida pelo presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães. Em São Paulo, outra recepção foi organizada pela AABA, na Assembleia Legislativa do Estado, com a presença de personalidades e representantes de inúmeras entidades sindicais, quando o embaixador Piro Andoni fez uma palestra e respondeu perguntas sobre a vida e o trabalho do povo albanês. Grande repercussão no Congresso alcançou a divulgação da Constituição Albanesa. Todos os constituintes receberam uma cópia e através de várias cartas, externaram suas opiniões sobre o documento.

No final da assembleia dos associados da AABA, logo em seguida à aprovação do relatório de atividades, foi indicada e aprovada a composição da próxima diretoria da associação que contará, na presidência, com o concurso do ex-vereador e ex-deputado estadual Benedito Cintra, Luis Uvaldo Rodrigues Filho, como vice-presidente, Carmem Tavares Araújo Elias, na secretaria geral e mais os diretores Antonio da Silva Ortega, Luis Manfredini, Octávia Fernandes de Souza Rodrigues e Edevides Carvalho Correa. Muitas sugestões foram apresentadas para aprimorar o desenvolvimento das relações de amizade, entre os dois povos, e a divulgação da construção do socialismo na Albânia contra todo o tipo de preconceitos propagandados por determinada imprensa.

PANAMÁ

Agressão do governo Reagan

Um absoluto desrespeito à integridade panamenha, um atentado contra a América Latina. É o mínimo que pode ser dito sobre a ação dos Estados Unidos visando tirar do poder o general Manuel Antonio Noriega.

Na semana passada os EUA suspenderam o pagamento pela utilização do Canal do Panamá, congelaram os fundos panamenhos em bancos norte-americanos, cortaram as importações do país. O objetivo da Casa Branca é levar o Panamá a um colapso econômico. Falta dinheiro no país. Os

funcionários públicos não recebem seus pagamentos — com exceção dos militares. A população não tem como fazer compras, sequer de mantimentos básicos. Os bancos estão fechados.

Ao mesmo tempo, a Embaixada dos Estados Unidos tornou-se um centro de conspiração. O governo panamenho expulsou do país o secretário da embaixada, Terence Kenebonne, envolvido em articulações golpistas. Logo em seguida ocorreu um levante militar, rapidamente dominado, contra Noriega. E o presidente, já que, Ronald Reagan, per-

deu qualquer respeito às normas que regem as relações internacionais, afirmando que seu funcionário não sairá do Panamá, “quem tem que sair de lá é o general Noriega”!

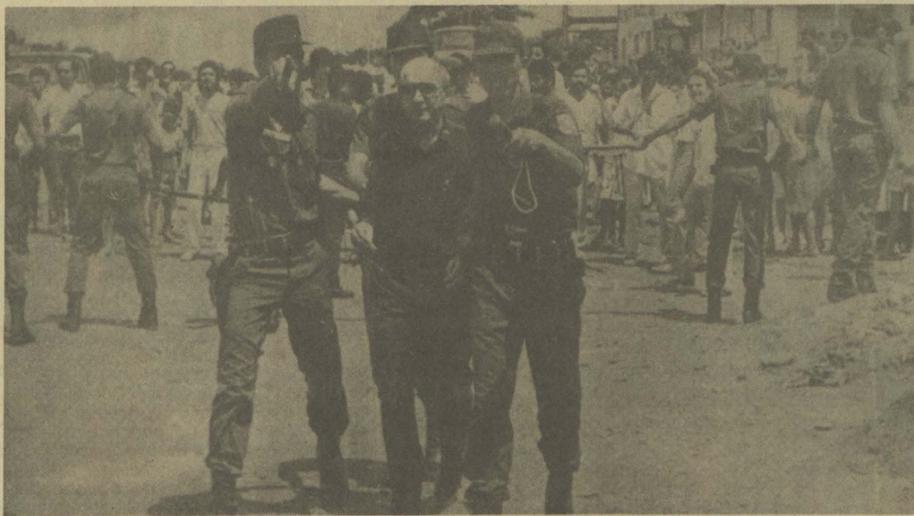
Tropas militares estadunidenses estão desenvolvendo “ações de treinamento” na área. E a mulher do presidente Eric Delvalle, deposto por Noriega, enviou mensagem à Casa Branca solicitando a intervenção do Exército dos EUA “para impedir que o Panamá se converta em outra Nicarágua”, dando bem a medida de a quem Delvalle serve.

SARNEY NA PARAÍBA

Nova operação de guerra contra o povo

Um verdadeiro clima de guerra. Exército, Polícia Federal, Marinha, Polícia Militar e Polícia Rodoviária acionados. A capital da Paraíba, João Pessoa, virtualmente sitiada. Lideranças democráticas presas. A população aterrorizada. Tudo isto para que o presidente José Sarney pudesse passar pela cidade, a caminho de Fernando de Noronha, no dia 11 de março. Resultado dessa operação militar: tumultos na capital paraibana, prisões de cinco integrantes do Comitê Suprapartidário por Diretas Indiciados na Lei de Segurança Nacional — inclusive o presidente do PC do B na Paraíba, José Rodrigues da Costa, e o presidente da OAB-PB, Vital do Rego.

Repudiado pelo povo, o governo Sarney demonstra mais uma vez que abandonou as veleidades democráticas da época em que assumiu a Nova República, e apela para a fascista LSN contra os opositoristas. A operação militar montada em João Pessoa destinava-se a impedir manifestações populares contra o presidente da República, durante sua passagem pela cidade. Os atos opositoristas estão proibidos. Sarney e seus colegas de governo só aceitam aplausos.



Vital do Rego, da OAB, sendo preso; João Pessoa virou uma praça de guerra; José Rodrigues, do PC do B (foto à direita)

O presidente da OAB, o militante do PT e da Pastoral Operária, David Coelho, e uma senhora que passava pelo local onde iria ocorrer a manifestação foram presos por ordem direta do comandante da PM, general do Exército Marden Alves da Costa. As prisões aconteceram antes mesmo de Sarney desembarcar na Paraíba. Depois que Sarney aterrou, foi preso José Rodrigues, do PC do B, acusado de "ofender a honra do presiden-

te". Ao contrário dos outros detidos, liberados no mesmo dia, José Rodrigues só foi solto na tarde do dia seguinte. Democratas e comunistas ficaram de plantão, diante da sede da PF onde José Rodrigues estava detido, exigindo sua liberação.

COMISSÃO DA OAB

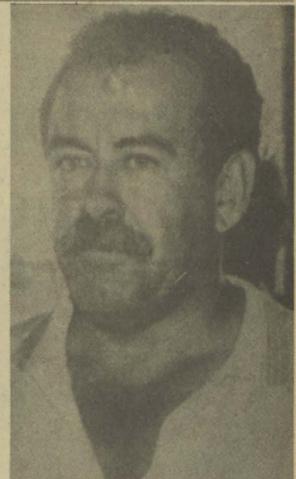
O medo que Sarney está sentindo do povo chega a ser doentio. Três Urutus e quatro

carros de combate Osórios foram instalados na via de acesso ao Aeroporto. Policiais revistaram todos os carros que dirigiam-se ao local. O comboio presidencial foi seguido por dois ônibus ocupados por tropas de elite da PM e do Exército. Os soldados do Exército trajavam uniforme de guerra. E o inimigo era o povo paraibano!

Em resposta a essa provocação bélica e às prisões, 43 entidades civis e cinco partidos

políticos divulgaram um manifesto intitulado "Não à Violência", pedindo a exoneração do comandante da PM, general Marden, e considerando a repressão "um atentado violento às liberdades públicas".

A Ordem dos Advogados do Brasil criou uma comissão para assessorar os opositoristas indiciados na LSN — uma lei criada no tempo da ditadura militar para perseguir os democratas.

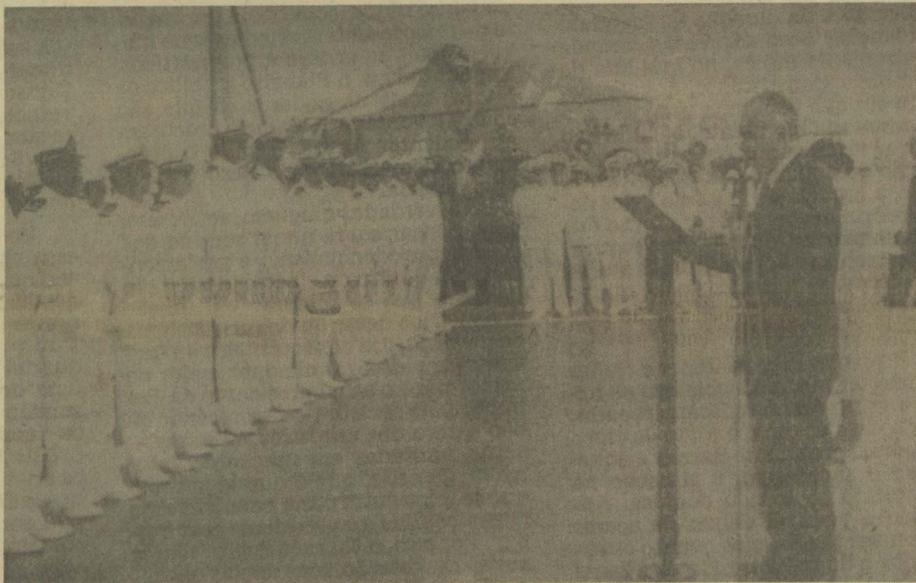


MANDATO

O Planalto põe no jogo suas últimas fichas

Ao mesmo tempo em que a Constituinte se aproximava das votações decisivas sobre sistema de governo e mandato presidencial, o presidente José Sarney levou a níveis inéditos, na semana passada, a escalada de pressões que promove contra as diretas-88. A tática do Palácio do Planalto baseou-se fundamentalmente em sugerir que as Forças Armadas não aceitarão a aprovação dos 4 anos, mas incluiu também novos acenos aos empresários e o emprego ainda mais profundo de práticas fisiológicas.

O ponto mais alto das pressões foi certamente o discurso do presidente aos guardas-navais do navio-escola "Brasil", dia 16. Sarney esforçou-se por pintar com as cores mais negras as articulações políticas que ameaçam se opor a seus planos de governar até 1990. "As forças civis se dividem, dilaceram-se, fraccionam-se num processo de autofagia", disse ele para logo em seguida assegurar: "Em meio a esta



Sarney apelou novamente aos militares, fez promessas aos empresários e caprichou no fisiologismo

conduta as Forças Armadas têm tido uma conduta impecável de unidade e coesão".

Na mesma ocasião, o ministro da Marinha, Henrique Sabóia, voltou a pronunciar-se

contra as diretas-88, dando seqüência à série de discursos dos ministros militares sobre o

mesmo tema. E a imprensa publicou informações segundo as quais o general Leônidas Pires teria se reunido dias antes com o empresário Antonio Ermírio de Moraes e o presidente da Confederação Nacional da Indústria, Albano Franco, sempre para combater a aprovação dos 4 anos.

O próprio Sarney também preocupou-se em modificar a posição da direita empresarial. O jornalista Carlos Chagas informou, no dia 15, que ele estaria prometendo um governo impopular porém sintonizado com todas as reivindicações principais da grande burguesia, no caso de passar o mandato de 5 anos. Entre outras medidas, o Palácio do Planalto teria se comprometido com a extinção de algumas estatais, a dispensa maciça de funcionários públicos e novas facilidades para a conversão da dívida externa.

Por fim, o ministro Ronaldo Costa Couto empenhou-se

em aceitar a máquina presidencial para novas doses de fisiologismo. No dia 14 ele reuniu dez de seus colegas de ministério para preparar a atuação "corpo a corpo" junto aos parlamentares às vésperas da votação do mandato. Pelas experiências anteriores pode-se imaginar que pelo menos um novo festival de distribuição de cargos públicos e emissoras de rádio está em marcha.

Até o último dia 18, todo este conjunto de iniciativas não tinha sido capaz, no entanto, de assegurar os 5 anos para Sarney. Ele conseguiu certos resultados entre os empresários, que se traduziram na mudança das posições de Mário Amato e de Antonio Ermírio, agora favoráveis aos 5 anos. Porém os parlamentares mais ligados ao presidente continuavam insistindo em obstruir os trabalhos da Constituinte um claro sinal de que o Planalto ainda não tinha maioria, e por isso procurava ganhar tempo.

CONSTITUINTE

Avanços, apesar do "Centrão"

Mais uma vez o "Centrão" foi responsável pela criação de um impasse nas votações da Constituinte, negando quórum para aprovação do dispositivo que garantia o direito de sindicalização e de greve aos servidores públicos. Abriu-se, com isto, a possibilidade do chamado "buraco negro", quando um determinado item deixa de constar da Constituição em virtude de um impasse.

O problema acabou sendo contornado no final da tarde de quinta-feira, depois de um acordo entre as diferentes tendências que consagrou o direito de sindicalização e dispôs que "o direito de greve (nos setores públicos) será exercido nos termos e nos limites definidos em lei complementar."

IMPASSE

Inicialmente, os setores progressistas pretendiam resgatar o texto aprovado na Comissão de Sistematização, que garantia a greve e a sindicalização dos funcionários públicos, direitos eliminados pelo substitutivo do "Centrão". Foi apresentado um destaque para votação em separado, obrigando que a direita obtivesse 280 votos se quisesse manter sua proposta proibindo explicitamente a greve do funcionalismo.

O destaque, de autoria da deputada Lídice da Mata, do PC do B, e Roberto Freire, do PCB, foi colocado em votação e ninguém conseguiu reunir os 280 votos necessários para aprovar ou rejeitar o texto.

Em seguida foi votada uma fusão de emendas, fruto de acordo entre as diversas lideranças, garantindo o direito de sindicalização a todos os servidores e o de greve, exceto aos servidores dos ministérios militares. A proposta já representava um recuo dos setores progressistas, mas diante de sua receptividade e da possibilidade de aprovação foram os líderes da extrema-direita que decidiram sair do plenário. Submetida ao plenário, a proposta teve 257 votos a favor, 85 contra e 23 abstenções, não alcançando o quórum qualificado de 280 votos.

AVANÇOS

Em função do impasse abriu-se o prazo regimentar de 48 horas para que o relator, Bernardo Cabral, ou a maioria dos constituintes apresentasse um novo texto sobre a matéria. Várias tentativas de acordo foram tentadas, até que se chegou ao texto de consenso.

Importantes avanços foram conseguidos nas votações da semana. O mais expressivo foi a derrota definitiva da tentativa de implantação do voto distrital misto no país. Duas propostas nesse sentido foram rechaçadas pela ampla maioria dos constituintes, que confirmaram a manutenção do voto proporcional. A primeira foi rejeitada por 340 votos a 142 e 11 abstenções. A segunda, que pretendia jogar a definição do sistema eleitoral para a lei ordinária, foi igualmente derrotada.

POLÊMICA

Outro importante avanço foi a aprovação de um destaque que aumentou o número máximo de deputados federais dos atuais 60 para 70 parlamentares. A votação da matéria causou grande polêmica e agitação no plenário, com a maioria das bancadas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste tratando a questão como um problema meramente regional e num clima de emocionalismo tal que parecia uma guerra de secessão. Para o PC do B a aprovação dessa emenda — que teve 308 votos a favor, 166 contra e 26 abstenções — representou uma conquista democrática na medida em que o aumento das bancadas significa uma ampliação da representação popular nos Estados mais populosos e avançados política e economicamente.

Em relação aos direitos dos servidores públicos — além da sindicalização e do direito à greve — conquistou-se a extensão de garantias trabalhistas como o 13º salário, hora extra em mais 50%, férias em mais 30%, salário-mínimo e licença de 120 dias para gestantes. A Constituinte também aprovou alterações positivas na aposentadoria, prevendo a possibilidade de aposentadoria voluntária e proporcional aos 65 anos de idade para homens e 60 anos para mulheres e aos 30 e 25 anos de serviço para homens e mulheres, respectivamente. (Moacyr de Oliveira Filho, de Brasília)

VEREADORES

Em defesa da democracia

Porto Alegre e Maceió manifestaram-se contra as tramagens golpistas do Palácio do Planalto e em defesa da Constituinte, na semana passada. Em Porto Alegre, por iniciativa da vereadora Jussara Cony, do PC do B, a Câmara Municipal realizou uma sessão especial, dia 16, defendendo a soberania da Assembleia Nacional Constituinte. O presidente da casa, vereador Brochado da Rocha, se empenhou na realização do ato, convocando entidades democráticas, partidos e sindicatos.

Na véspera, quando foram abertos os trabalhos legislativos da capital gaúcha neste ano, a Câmara aprovou o conteúdo de um manifesto contrário às pressões do Executivo na Constituinte. Durante a sessão especial, esse manifesto foi aberto à assinatura das entidades e vereadores presentes. Todos os vereadores assinaram, assim como a OAB, CUT, CGT, UJS, entre outros órgãos.

MANIFESTO DE MACEIÓ

Na capital de Alagoas coube ao vereador Edberto Ticianeli, também do PC do B, a iniciativa de elaborar um manifesto em defesa da soberania da Constituinte e contra as ameaças golpistas do governo Sarney. Dos 21 vereadores de Maceió, somente dois não assinaram — Fernando Ribeiro, ex-PDS e hoje sem partido, que não foi localizado; e Luiz Carlos, PFL, conhecido por seu fisiologismo, contrário ao documento.

"Em defesa da legalidade, da democracia e do respeito aos anseios do povo, os vereadores de Maceió unem-se a todos os brasileiros que amam a liberdade e defendem a justiça social, a paz e o progresso", diz o manifesto em um de seus trechos, acrescentando que "o

futuro do país está em jogo na Constituinte e a pátria não poderá ser objeto de intimidações e tentativas golpistas".

O articulador do manifesto, vereador Ticianeli, explicou que o documento será encaminhado à presidência da Constituinte, ao Palácio do Planalto e aos constituintes da bancada de Alagoas.

No documento, os vereadores deixam clara sua posição de defesa da soberania da Constituinte: "Manifestamos nosso desagravo à Assembleia Constituinte contra quaisquer tentativas de desautorizá-la, partam de onde partirem. Não há cabimento em tentar-se, como tem sido divulgado, manobras no sentido de não aceitar uma eventual decisão da Constituinte pela realização de eleições presidenciais diretas este ano. Não há como aceitar articulações de cunho conspirativo contra a Constituinte".

SISTEMA DE GOVERNO

Ato pelo parlamentarismo no RJ

Defendendo o parlamentarismo, o PC do B foi às ruas no Centro do Rio de Janeiro dia 13. A manifestação, que contou com a presença da deputada estadual comunista Jandira Feghali, culminou com a queima de um grande boneco de Sarney e a cremação do caixão do "Centrão" pelos populares.

Circulando com carro de som desde as 12 horas e distribuindo panfletos, os comunis-

tas denunciaram à população as implicações do sistema presidencialista, assim como as forças que o apóiam, denunciando seu caráter antidemocrático. Com discursos inflamados, os participantes do movimento agitaram a tarde do dia 13 defendendo o parlamentarismo.

As 17 horas, na Central do Brasil, local de grande movimento da população da periferia do município —, foi reali-

zado ato público. Vários oradores do povo utilizaram a tribuna ali instalada, e se pronunciaram contra o governo Sarney.

Ao final da manifestação, a deputada Jandira Feghali divulgou um manifesto, encabeçado por ela e com a assinatura de outros 20 deputados estaduais, que será enviado à Constituinte, pleiteando o sistema parlamentarista para o Brasil e as diretas em 88.

(Da Sucursal)

ELEIÇÕES-SALVADOR

Lídice: nome forte

A deputada constituinte Lídice da Mata é candidata à prefeitura de Salvador pelo PC do B. E antes mesmo de lançar sua campanha já aparece bem colocada nas pesquisas de opinião pública. Provavelmente ela disputará com o cantor e compositor Gilberto Gil, ainda sem partido, mas incentivado oficialmente pelo prefeito Mário Kertész. Gilberto Gil é assessorado na sua campanha por figuras de proa da prefeitura, como o secretário extraordinário Roberto Pinto e o secretário de Comunicação Social, João Santana.

Lídice se apresenta como candidata dentro da Frente Progressista, que começou a se articular em Salvador para a sucessão municipal e que reúne o PC do B setores do PMDB, o PT e o PDT. Os principais líderes dessas correntes políticas reuniram-se na semana passada em Brasília e lançaram a "Frente Salvador", disposta a derrotar os conservadores na capital e caminhar para um governo mudancista e democrático na cidade. Mário Kertész nas últimas eleições prometeu realizar uma administração com este conteúdo, mas rompeu com os compromissos assumidos e inclusive, atualmente, se coloca como aliado a José Sarney.



Lídice, além de boa votação, o prestígio do partido

Lídice foi a terceira vereadora mais votada em 1982 e a segunda constituinte mais votada em Salvador em 1986. Isto a credencia a disputar o lugar de candidata unitária dentro das forças progressistas, embora outros cinco "prefeituráveis" integrem a frente. Mesmo assim, Lídice mostra-se aberta ao diálogo, considerando importante que as correntes mais democráticas cheguem a um acordo eleitoral.

Ao lado de Lídice, o PC do B lançou cinco candidatos a vereador: Ney Campelo e Jane Vasconcelos, que buscam a reeleição, Javier Alfaya, ex-presidente da UNE e suplente de deputado federal, Daniel Almeida, líder sindical e presidente do Sindicato dos Têxteis e Cássia Santos, presidente da União das Mulheres do Nordeste de Amaralina — bairro popular da capital. (Pedro Augusto, da sucursal)

ANIBAL TEIXEIRA

A corrupção continua

Apesar de indiciado no processo para apurar a corrupção no governo federal, o ex-ministro do Planejamento, Aníbal Teixeira, ainda é candidato a candidato à prefeitura de Belo Horizonte. Segundo seu representante na comissão do PMDB, Dimas Perrin, ele irá à convenção, só abrindo mão de sua candidatura se for para "um nome com possibilidades de unir o partido", citando o ex-governador Hélio Garcia.

O pleito do ex-ministro de chegar à prefeitura da terceira capital do país vem sendo trabalhada desde 1984, quando ele assumiu a secretaria especial de ação comunitária (SEAC) a convite do presidente Sarney. Com uma orientação nitidamente populista, Aníbal Teixeira procurou estruturar sua candidatura através dos programas sociais da SEAC e de sua relação com as associações comunitárias. Minas foi um dos primeiros Estados a implantar o programa do leite. Para servir de sustentação à sua ação no Estado, o ex-ministro colocou homens de confiança na Secretaria

Municipal de Ação Comunitária e, com a eleição de Newton Cardoso, na secretaria de Estado de Trabalho e Ação Social, órgãos responsáveis por implementar o programa de cesta básica em Minas Gerais.

Esta estrutura foi colocada inteiramente a serviço de sua candidatura procurando, num primeiro momento, conseguir espaço na máquina do seu partido. Informações obtidas com integrantes da já citada comissão do PMDB, o ex-ministro chegou a fazer perto de 80 mil filiações através de lideranças comunitárias. Dessas, o PMDB encaminhou cerca de 30 mil para registro, preocupada que estava a sua executiva, "na inviabilização de sua convenção, dado o excesso de filiados", segundo declarações do deputado Irani Barbosa, de perfil conservador e que tem base eleitoral na capital mineira.

"Mas o esquema mais pesado do ex-ministro se formou mesmo na regional da SEAC que, no seu início, implantou o programa do leite em confronto aberto com os setores

mais avançados do movimento comunitário", relata Dalva Stela, ex-presidente da Famobh e diretora da Conam. E não é só isso, continua Dalva, "temos informações comprovadas de lideranças comunitárias, que recebem pagamento por cota de filiações ao PMDB realizadas".

Todo este esforço valeu pouco cacife as pretensões do ex-ministro de Sarney. Dos 202 delegados dos diretórios zonais do PMDB que irão decidir o candidato a prefeito, segundo os entendimentos da comissão de candidaturas, Aníbal Teixeira conta apenas com 12. Em contrapartida, a Câmara de Vereadores que tem um forte candidato, seu ex-presidente vereador Antonio Carlos Carone, tem 73 delegados. Nesse momento, há um trabalho deliberado da executiva do PMDB para viabilizar um candidato de consenso e o nome em discussão é o do ex-governador Hélio Garcia, como única forma de enfrentar o grande desgaste junto à opinião pública da administração Newton Cardoso.

Para enfrentar as manobras do partido situacionista, os setores de oposição buscam costurar uma unidade que se expressa hoje na frente progressista formada pelo PSB, PC do B, PV, PCB, PH. Seu próximo passo, depois da vitoriosa manifestação na Praça 7, em apoio ao parlamentarismo, "será promover um debate e um seminário públicos sobre os problemas de Belo Horizonte, como forma de elaborar um programa de governo", como informa Sergio Miranda, presidente regional do PC do B.

(Jô Moraes)



Aníbal Teixeira se diz inocente e continua sua saga corruptiva

RIOCENTRO

Impunidade oficial dos terroristas

O Supremo Tribunal Militar, indiretamente, endossou a tese de que o sargento Guilherme e o capitão Machado foram vítimas de um atentado à bomba no tristemente famoso episódio do Riocentro. Pela quarta vez, o STM arquivou o inquérito a respeito do assunto alegando inexistência de novas provas. Mas desta vez o tribunal Militar foi mais longe e, apoiando-se na anistia prevista por ocasião da convocação da Constituinte, declarou extinta a punibilidade dos envolvidos no crime.

Quando alguém pondera que o julgamento de militares por crimes que não têm especificamente relação com as normas das Forças Armadas resulta em proteção aos criminosos, pelo espírito de corpo, os generais berram escandaliza-

dos. Mas a vida é mais forte que os argumentos verde oliva e comprova cabalmente a necessidade de pôr fim a tal situação. Na Constituinte esta realidade não foi alterada, assim como foi mantido o absur-

do julgamento de civis por este tribunal. O máximo que se pode esperar, no terreno da Constituinte, é que os democratas consigam eliminar este tumor fascista no segundo turno de votação da Carta.



Segundo os militares os ocupantes do Puma foram vítimas

Parlamentarismo já

A Assembléia Nacional Constituinte entra, nesta semana, na batalha decisiva sobre o sistema de governo. Desde o início dos trabalhos que este tema vem polarizando os debates e sendo motivo de injustificáveis pressões do Palácio do Planalto e dos militares sobre a Constituinte. Para as oligarquias, é inaceitável o parlamentarismo. Isto significaria o rompimento com o sistema ditatorial presidencialista que, segundo definição precisa do senador Afonso Arinos, é responsável "por 54 anos de violências sem lei, de governos opressivos, de degradação de caráter, às vezes de vergonha nacional".

No bojo dessas pressões, o governo e os militares voltam a intensificar suas ameaças à Constituinte. Procuram estabelecer uma falsa relação entre o sistema de governo e a duração do mandato de Sarney. Recentemente, os ministros militares reuniram-se para dizer à nação que não aceitam quatro anos para Sarney e que, caso a Constituinte tome esta decisão, estará criando uma crise institucional de conseqüências imprevisíveis. Imediatamente após essa declaração absurda, setores mais vacilantes tentaram

OPINIÃO PARLAMENTAR



ALDO ARANTES dep. constituinte PC do B — GO

forjar um acordo em torno de parlamentarismo em troca de cinco anos para Sarney.

A bancada do Partido Comunista do Brasil, ao lado de outros setores progressistas e, em particular os ligados ao senador Mário Covas, reagiu energicamente a essa tentativa de ludibriar o povo. Tal acordo é absolutamente inaceitável. O povo já manifestou nas ruas sua exigência de eleições diretas este ano. E a presença de Sarney no governo é fonte permanente de crises. Depois, não há nenhuma relação en-

tre parlamentarismo e cinco anos. A aceitação de um acordo deste tipo só serviria para desferir um golpe no próprio parlamentarismo. Isto porque Sarney teria a oportunidade de, no poder, tentar desmoralizar, desacreditar e sabotar o novo sistema implantado. Parlamentarismo com cinco anos significaria na prática dizer um não ao parlamentarismo. O PC do B não participará de qualquer manobra desta natureza.

A vitória do parlamentarismo, com quatro anos de mandato para Sarney, impõe alguns requisitos básicos. Uma é que ele seja implantado imediatamente, logo após a promulgação da Constituição, para que seus efeitos se façam sentir o mais rápido possível. Outra é que não se deixe à frente dos destinos do país um presidente disposto a aniquilar com as decisões soberanas da Constituinte.

O PC do B marchará unido aos outros setores democratas parlamentaristas, lutando para aprovação deste sistema de governo, junto com os quatro anos para Sarney, como deseja a ampla maioria de nosso povo. Nessas duas questões não existe margem de barganhas.

SALÁRIOS

FMI exige mais arrocho

O governo já prepara uma nova carta de intenção ao FMI, que deverá discutir com a equipe que o Fundo enviará ao Brasil até o final deste mês. Entre as medidas cogitadas pela equipe de Sarney figura, em primeira linha, o arrocho dos salários. A mais nova idéia a este respeito é a introdução de um redutor sobre a URP, de forma a diminuir ainda mais o índice de reajuste dos salários.

Ao lado disto, planeja-se a adoção de uma política monetária mais restritiva, destinada a comprimir a oferta de dinheiro e elevar as taxas de juros. E uma política cambial favorável aos exportadores (a correção do câmbio já não vem sendo feita pelo IPC do IBGE mas pelo Índice de Preços ao Atacado, IPA, da Fundação Getúlio Vargas, que ultimamente vem subindo acima do IPC).

DESEMPREGO

Taxa do IBGE chega a 3.8%

A taxa média de desemprego aberto levantada pelo IBGE subiu em janeiro para 3,8%, 32,8% superior aos 2,86% de dezembro. Embora seja comum o crescimento do índice no mês de janeiro — em função das contratações extraordinárias nos fins de ano — desta vez a elevação foi exagerada, o que patenteia a retração dos negócios.

Nas seis regiões metropolitanas abarcadas pela pesquisa (São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre) de uma

população economicamente ativa calculada em 16,1 milhões, 621,8 mil trabalhadores estavam desocupados (e procurando trabalho). A taxa atingiu 4,97% na indústria de transformação de São Paulo e chegou a 9,81% na construção civil em Recife. Cresceu a proporção dos trabalhadores empregados sem carteira assinada em Recife (de 24,37% para 26,18%), Belo Horizonte (18,46% para 20,08%) e Rio de Janeiro (13,08 para 14,49%).

O IBGE também divulgou

na semana passada os dados relativos ao desempenho do Produto Interno Bruto em 1987. Foi registrado um crescimento de apenas 2,9%, abaixo da previsão inicial (3,6%). A indústria estagnou, apresentando um resultado final de apenas 0,2%. O subsetor indústria de transformação declinou (-0,7%), enquanto a construção civil registrou um índice de -3,9%. Apenas o setor agropecuário, que no total cresceu 14%, impediu um resultado ainda mais medíocre.

LEI DO INQUILINATO

Intranquilidade maior

Os inquilinos têm bons motivos para ficar ainda mais inquietos. O projeto de nova Lei do Inquilinato enviado pelo governo ao Congresso, de autoria do consultor-geral Saulo Ramos, facilita a vida dos proprietários, mas infereza de vez a dos que moram à base do aluguel.

Começa por estabelecer a volta da denúncia vazia, a princípio restrita aos imóveis cujo "habite-se" tenha sido expedido depois da vigência da nova lei. Trata-se de um retrocesso inaceitável, um golpe numa conquista já antiga dos inquilinos.

Mas não fica aí. Se de um lado introduz a figura de loca-

ção social, de outro reduz o prazo da ação revisional de cinco para três anos. É como dar com uma mão e retirar com a outra. Com efeito, nos contratos definidos como "locação social" (valor inicial do aluguel no máximo equivalente a seis Salários Mínimos de Referência, o que hoje dá Cz\$ 25.488) os reajustes (semestrais ou anuais) não ocorrerão de acordo com a variação da OTN, mas serão determinados pelo Poder Executivo com base na evolução dos salários.

Isto poderia ser bom, mas com o poder concedido aos proprietários de reajustar (com base no chamado valor

de mercado) o valor do aluguel a cada três anos, independentemente dos reajustes semestrais e anuais, este benefício é anulado. Tornou-se prática rotineira dos locatários a imposição nos processos de revisão dos aluguéis (hoje possíveis a cada cinco anos) de aumentos exagerados de forma a prevenir os efeitos da inflação e restrições legais que corrompem o valor real de seus rendimentos. Pelo projeto de Saulo Ramos os abusos neste sentido tendem a se agravar, criando uma situação insustentável para os inquilinos, que agora lutam contra a aprovação dessas medidas pelo Congresso Nacional.

LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

Um clima de oportunismo

O PCB acaba de aprovar um documento recomendado a todos seus militantes que estudem e divulguem a *perestroika*. Nesta mesma linha, emitiu uma nota de apoio à política externa do PCUS, em especial, os acordos com os EUA, que, segundo o PCB, abrem caminho "para um novo clima de entendimento". O partido dirigido por Salomão Malina elogia a proposta soviética de criar "um sistema de segurança internacional, livre da ameaça de guerra nuclear".

TERRA PROMETIDA

Isto certamente interessa aos trabalhadores. Ainda mais quando o documento assegura que esta "nova atmosfera mundial" pode, a curto prazo, "liberar consideráveis recursos a serem aplicados nos países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil".

Este novo e milagroso sistema, ainda segundo a opinião pecebista, "lançou por terra concepções ultrapassadas que somente considerava os problemas de segurança sob o enfoque de vantagens reais ou ilusórias mantidas por uma ou outra parte". Seria talvez a "terra prometida" que vem a nós, não por graça do Espírito Santo, mas pelas mãos de Gorbachev?

Em que consiste a ameaça de guerra? Por que ocorreram duas guerras mundiais neste século? Foi por falta de "um sistema de segurança" bem bolado? Os marxistas pensam que não. Do ponto de vista da ciência do proletariado, as guerras se originam da própria essência do capitalismo e, em particular de sua fase imperialista.

ESSÊNCIA DO CAPITALISMO

Lênin, em 1916 já afirmava: "faz parte da própria essência do imperialismo a rivalidade de várias grandes potências nas suas aspirações à hegemonia". Ele acrescentava que, nesta fase, termina a repartição do mundo entre os monopólios e entre os países imperialistas e que uma nova partilha, por alterações na correlação de forças entre eles, leva aos conflitos armados. "O capital financeiro e os trusts não atenuam, antes acentuam, a diferença entre o ritmo de crescimento dos diferentes elementos da economia mundial. E se a correlação de forças mudou, como podem resolver-se as condições, sob o capitalismo, a não ser pela força?"

Já nesta época, um outro Gorbachev — que então se chamava Kautsky — nos prometia a possibilidade de amansar o imperialismo. Lênin descobriu a falcatrua: "O essencial é que Kautsky (hoje diria Gorbachev) separa a política do imperialismo da sua economia, falando das anexações como da política 'preferida' pelo capital financeiro, e opondo a ela outra política burguesa possível, segundo ele, sobre a mesma base do capital financeiro. Conclui-se que os monopólios, na economia, são compatíveis com o modo de atuar não monopolista, não violento, não anexionista, em política (...). Daqui resulta reformismo burguês em vez de marxismo".

Esta fé pecebista não tem futuro. Mas, poderia perguntar um ingênuo inveterado, pelo menos aqueles recursos, tão importantes para o nosso Brasil tão endividado, será que podem aparecer? Novamente a teoria revolucionária não acredita neste milagre. É Lênin quem diz: "onde existem, a não ser na fantasia dos reformistas melífluos, trusts capazes de se preocuparem com a situação das massas e não para a conquista de colônias?"

Por tudo isto, não resta outro caminho ao proletariado e aos povos senão preparar-se para conquistar seus direitos e não esperar esmolas dos opressores e dos oportunistas que os ajudam com falsas soluções. O imperialismo, diz Lênin, "é a véspera da revolução social do proletariado". (Rogério Lustosa)

URSS

Explodem as lutas nacionais

Aproximadamente 2 mil manifestantes tártaros reivindicaram, dia 12, em Tacheken — capital da República do Uzbequistão, direitos nacionais. No dia 11, no Azerbaijão, os armênios realizaram greve de 24 horas, reivindicando a incorporação à Armênia do território de Karabash. Nessa região, o governo admite ter matado 31 pessoas na repressão às manifestações nacionalistas — os armênios dizem que o total de mortos chega a 350. A URSS, depois de dominada pelos revisionistas, nos anos 50, voltou a exercer a opressão nacional sobre os povos não-russos, como no tempo dos czares. Que tratamento os bolcheviques davam para a questão nacional, no tempo em que o Partido Comunista da União Soviética era um partido operário revolucionário?

A obra clássica russa sobre o assunto é "O marxismo e o problema nacional", escrito por Josef Stálin, em 1913. "Na literatura doutrinária marxista", escreveu Lênin, em 28 de dezembro de 1913, "os fundamentos do programa nacional da social-democracia já foram analisados ultimamente (aqui se destaca, em primeiro lugar, o artigo de Stálin)".

No texto, abordando as lutas revolucionárias de 1905, Stálin referia-se ao "recrudescimento do nacionalismo entre armênios, georgianos e ucranianos", alertando que a "onda de nacionalismo avançava cada vez mais, ameaçando arrastar as massas operárias". E continuava: "Nesse momento difícil, incumbia à socialdemocracia" (como eram chamados os comunistas à época) "uma alta missão: opor resistência ao nacionalismo, proteger as massas contra a 'epidemia' geral. Pois a social-democracia e somente ela podia fazê-lo, contrapondo ao nacionalismo a arma provada do internacionalismo, a unidade e a indivisibilidade da luta de classes. E quanto mais fortemente avançasse a onda de nacionalismo, mais potente devia ressoar a voz da social-democracia em prol da fraternidade e da unidade dos proletários de todas as nacionalidades da Rússia. Nestas circunstâncias requeria-se uma firmeza especial por parte dos social-democratas das regiões da periferia, que se chocavam diretamente com o movimento nacionalista". E concluía: "Os social-democratas consequentes devem levar a cabo um trabalho coordenado e tenaz contra o nacionalismo, venha de onde vier."

Unidade de todos os operários para derrubar o czar

O "magnífico georgiano", como Lênin chamava a Stálin, preconizava a unidade dos operários de todas as nacionalidades na luta contra o czarismo. E deixava claro: "Os destinos do movimento nacional, que é em substância um movimento burguês, se vinculam naturalmente com os destinos da burguesia. O ocaso do movimento nacional só é possível com o ocaso da burguesia. Só quando reine o socialismo se poderá instaurar a paz completa. O que é possível, até dentro dos marcos do capitalismo, é reduzir ao mínimo a luta nacional, miná-la nas suas raízes, torná-la o mais inofensiva possível para o proletariado. (...) Para isso é preciso democratizar o país e dar às nações a possibilidade de desenvolverem-se livremente."

Foram esses os preceitos levados à prática pelos comunistas, após a Revolução de Outubro de 1917. Lênin, como Marx, observava que "um povo que oprime outros não pode ser livre". Para garantir pela força a submissão de outros povos, são necessárias tropas de ocupação, gera-se o ódio nacional, aguçam-se as desigualdades sociais, de classe e nacionalidade. Isso leva ao reforço do poder despótico, tanto sobre os povos das nações dependentes, quanto sobre o próprio povo russo.

É o que acontece atualmente na URSS. Tropas russas foram deslocadas para a Armênia, Azerbaijão e Usbequistão. Os principais dirigentes do partido e do Estado,



Manifestações de armênios: tropas deslocadas para reprimir o protesto

nessas regiões, são de nacionalidade russa. Os salários mais altos ficam para os russos. Há uma política oficial de "russificação" das nacionalidades (veja T.O. n.º 350, pg. 2, "Volta o sentimento nacionalista").

Logo após a revolução, o PC bolchevique defendeu o direito das nações à autodeterminação, incluindo o direito de não integrar a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Mas o PC deixava claro que o apoio ao direito das nações à autodeterminação e à separação não implicava em que os comunistas devessem advogar este afastamento — assim como quem reconhece o direito do aborto, nem por isso espera que todas as mulheres grávidas abortem.

Com a revolução, o direito dos povos à autodeterminação

Lênin destacava as vantagens econômicas das grandes unidades políticas. E não feriam validade as aspirações nacionais, especificamente, senão na medida em que contribuíssem para a luta da democracia contra regimes mais reacionários.

A Revolução Russa eclodiu no dia 7 de novembro de 1917. No dia 16 de novembro, o governo soviético promulgou o direito de todos os povos do Império Russo à autodeterminação, incluindo o direito de secessão. Em janeiro de 1918 foi reconhecida a independência da Finlândia, ainda que sob o domínio burguês. Foi constituído pelo governo revolucionário um Comitê Executivo Central dos Sovietes — era organizada segundo o princípio de representação igualitária para as minorias nacionais da URSS. Assim, os russos poderiam ser derrotados em votação pelas "pessoas que não falavam o idioma russo", que sob o czarismo não tinham direito de representação parlamentar.

Desenvolvimento das diversas nacionalidades

E, como previu Stálin, em 1913, o socialismo possibilitou às diferentes nações o desenvolvimento. Ao fazer o balanço do Primeiro Plano Quinquenal, em 7 de janeiro de 1933, os bolcheviques destacavam a existência de uma plataforma carbonífera e metalúrgica na Ucrânia, onde antes nada havia. No Norte da URSS foi instalada a indústria têxtil, assim como na Ásia Central e na Sibéria Ocidental.

No ano seguinte, os bolcheviques podiam listar entre as vitórias da ditadura do proletariado a criação de pólos industriais nas zonas nacionais e nas regiões periféricas da URSS: Bielorrússia, Ucrânia, Cáucaso Setentrional, Transcaucásia, Ásia Central, Cazaquistão, Buriato-Mongólia, Tartária, Bashkiria, Urals, Sibéria Oriental e Ocidental, Extremo Oriente, etc. É importante lembrar que isto ocorria no momento em que o mundo capitalista todo estava em crise e os nazistas assumiam o poder na Alemanha.

Em novembro de 1936, os soviéticos elaboraram uma nova Constituição. Nela deveriam refletir-se os avanços ocorridos na questão das nacionalidades. E a nova Carta, notou Stálin no seu informe sobre o assunto, era "profundamente internacionalista. Parte do princípio de que todas as nações e raças são iguais em direitos. Parte do princípio de que as diferenças de cor ou de idioma, de nível cultural ou de nível de desenvolvimento estatal, assim como qualquer outra diferença entre nações e raças, não podem servir de base para justificar a desigualdade entre as nações. Parte do princípio de que todas as nações e raças, independentemente de sua situação passada e presente, independentemente de sua força ou debilidade, têm que desfrutar de iguais direitos em todas as esferas da vida econômica, social, estatal e cultural da sociedade".

Uma Constituição profundamente internacionalista

O artigo 17 dizia que as repúblicas federadas conservavam o direito de sair livremente da URSS. Críticas ao projeto de Constituição levantaram-se contra esse item. Stálin se opôs: "A URSS é uma união livre de repúblicas federadas iguais em direitos. Eliminar da Constituição o artigo referente ao direito de separar-se livremente da URSS significa violar o caráter de livre adesão a esta união. Podemos dar este passo? Eu creio que não podemos, nem devemos fazê-lo. Se diz que na URSS não há uma só república que queira separar-se da URSS e que, portanto, o artigo 17 não tem importância prática. Naturalmente, é certo que não há nem uma só república que deseje separar-se da URSS. Porém disso não decorre que não devamos estabelecer na Constituição o direito das repúblicas federadas a separar-se livremente da URSS. Na URSS não há repúblicas federadas que queiram esmagar a outra república soviética. No entanto, disso não se deduz que deva eliminar-se da Constituição o artigo que trata da igualdade de direitos das repúblicas federadas".

O direito das nacionalidades terem um soviét

Stálin também polemizou com os que pretendiam mudar o artigo 33, suprimindo o Soviét das Nacionalidades: "O sistema de Câmara única seria melhor que o bicameral se a URSS fosse um Estado nacional homogêneo. Porém a URSS não é um Estado nacional homogêneo. A URSS é, como bem se sabe, um Estado multinacional. Possuímos um organismo superior no que estão representados os interesses comuns de todos os trabalhadores da URSS, independentemente de sua nacionalidade. Este é o Soviét da União. Porém, além dos interesses comuns, as nacionalidades da URSS têm também seus interesses particulares específicos, vinculados a suas particularidades nacionais. Podem relegar-se esses interesses específicos? Não, evidentemente. É necessário ter um órgão superior especial que reflita precisamente estes interesses específicos? Indiscutivelmente, sim. Não cabe

a menor dúvida de que, sem um organismo semelhante, seria impossível governar um Estado multinacional como a URSS. Este organismo é a segunda câmara, o Soviét das Nacionalidades da URSS."

Uma nova revolução contra o império de Gorbachev

Os povos soviéticos estavam assim, unidos voluntariamente, alcançando níveis de desenvolvimento jamais vistos na história da Humanidade — mesmo regiões atrasadas, como o Tadjikistão, cresceram até 242 vezes! — e viviam em harmonia, quando foram atacados pelas tropas nazistas. Na Segunda Guerra Mundial foram mortos pelo Exército alemão e italiano 20 milhões de soviéticos. Mesmo nesta grave situação, não se registraram lutas nacionalistas entre os povos da URSS.

Mas após a traição revisionista, quando o PCUS e o Estado foram tomados de assalto pelo grupo antimarxista de Kruschev, a situação mudou. A reorganização da sociedade soviética sobre bases capitalistas — que Kruschev iniciou e Gorbachev aprofunda ainda mais — fez ressurgir para os povos e nações não russos a opressão ferroz e a desigualdade nacional. A URSS é hoje, como nos tempos da Rússia czarista, um cárcere dos povos. Foram abandonados os princípios leninistas sobre o desenvolvimento econômico-social planejado e harmônico de todas as repúblicas federadas. Não há como comparar seu desenvolvimento com o da Federação Russa. As outras federações foram transformadas em fontes de matérias-primas para a metrópole russa, desenvolvendo somente os ramos da indústria leveira e os cultivos agrícolas.

Restaurou-se o capitalismo. E, com ele, os capitalistas. Inclusive nas várias nações soviéticas. Como afirmava Lênin, "a fim de obter completo êxito para a produção de mercadorias, a burguesia precisa dominar o mercado interno". E as várias burguesias nacionais levantam a cabeça contra o burguês Gorbachev na URSS revisionista.

No capitalismo, Lênin destacava que "uma nação é a burguesia junto com o proletariado". O que existe hoje na URSS é capitalismo. A burguesia interessa a separação nacional, para "dominar o mercado interno". As palavras de Stálin, da época da Rússia czarista em 1913, voltam a ter validade após o retrocesso da URSS ao capitalismo:

"Sabemos quais são os resultados da separação dos trabalhadores por nacionalidades. A desintegração de um partido operário único, a divisão dos sindicatos por nacionalidades, a exacerbação das rivalidades nacionais, o aparecimento de fura-greves nacionais, a completa desmoralização das fileiras da social-democracia", afirmava, conclamando à formação de um partido marxista-leninista único, à "coesão dos trabalhadores de todas as nacionalidades da Rússia".

A retomada do poder na URSS pelos operários. Eis a solução para o problema nacional no império de Gorbachev. Como em 1917, a revolução! (Carlos Pompe)

DE OLHO NO LANCE

Sassaricando

Sarney reuniu-se, no último dia 14, com cinco ministros militares para acertar a posição a ser defendida nas negociações sobre o mandato e a forma de governo.

"Não tem acordo", declarou Carlos Santana, líder do governo na Constituinte.

"O presidente está aberto às negociações", afirmou Derzi, líder do governo no Senado.

"Não sei nada a esse respeito" (de articulações do governo em função do mandato), disse o ministro Costa Couto, que cumpre as funções de porta-voz da Presidência. E depois acrescentou: "O presidente está inarredável".

Para juntar estes cacós, o presidente resolveu ter um articulador oficial, o sr. Thales Ramalho, velho político de estilo mineiro, apesar de parai-bano, formado no antigo PSD.

Se a coisa se prolonga um pouco mais, Sarney terá necessidade de indicar um coordenador dos articuladores. Ou — a esperança é a última que morre? — convencer-se de que a situação não depende de acertos e barganhas. O que existe é um antagonismo entre o seu governo e a realidade de uma nação que almeja a liberdade e o progresso. Ele precisa simplesmente de um adeus. Ou de um mordomo, para abrir a porta... dos fundos.

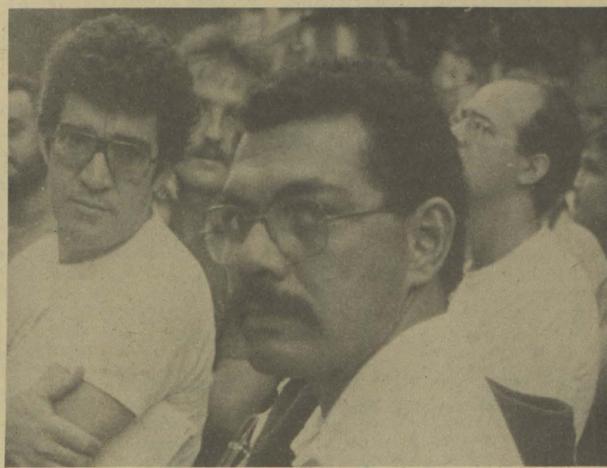
LUTA INTERNA NA CGT

Plenária nacional definirá novos rumos

Os setores classistas e combativos da CGT, que se caracterizam pelo intenso combate que travam contra o "sindicalismo de resultados" prepararam-se para assumir, a partir do dia 9 de abril, um conjunto de iniciativas que poderá modificar sensivelmente o panorama do movimento sindical brasileiro. Foi isso o que revelou à **Tribuna Operária**, no último dia 17, Sérgio Barroso, primeiro-secretário da central e um dos expoentes da luta contra a corrente direitista que dirige a entidade.

Sérgio fez questão de apresentar um relato pormenorizado dos últimos lances da disputa no interior da CGT. A reunião do último dia 10, convocada por várias direções regionais da central para se contrapor aos métodos de banditismo que Magri e Medeiros passam a utilizar, revelou o verdadeiro caráter de certas forças políticas. A direção da Contag e especialmente o PCB recusaram visivelmente e adotaram uma posição conciliatória em relação ao "sindicalismo de resultados". Arnaldo Gonçalves, que falou pelos pecebistas, disse que era necessário "lutar contra o sindicalismo de resultados dentro da CGT". Assumindo uma posição cada vez mais imobilista diante dos problemas da conjuntura, chegou a condenar a possibilidade de uma greve geral, caso o governo ponha fim à URP.

Influenciadas por estas idéias, três das dez CGTs regionais presentes à reunião manifestaram dúvidas quanto à necessidade de aprofundar ainda mais o combate contra Magri. A maioria, porém, permaneceu firme, e a resistência foi reforçada pelo próprio Barroso e por Renildo Souza, outro dissidente da Executiva Nacional da CGT presente à



Barroso: "é impossível conviver com o sindicalismo de resultados"

reunião. Após um debate sobre a situação criada no interior da central foi possível chegar a certas conclusões fundamentais.

Convivência impossível

A primeira destas conclusões é que se tornou impossível a convivência do sindicalismo classista e unitário com o "sindicalismo de resultados" no interior da CGT. Inclusive porque Magri, Medeiros e seus liderados partiram, nos últimos dias, para a defesa de posições ainda mais retrógradas. Magri, por exemplo, não se envergonha de fazer coro com o governo e defender a "privatização de 80% das estatais".

A ala combativa da CGT resolveu ainda que, constatada a impossibilidade de convivência, é necessário que os sindicalistas progressistas passem a atuar em estreita união, e definam conjuntamente os rumos que seguirão. Precisamente para tratar destes assuntos foi marcada uma plenária nacional de entidades sindicais, que se realizará no próximo dia 9.

Barroso lembra que a plenária está sendo convocada com parâmetros bastante amplos. Cerca de 4 mil convocatórias estão sendo distribuídas, para sindicalistas filiados e não filiados à CGT. E além de debater a situação da central, a reunião servirá para tratar das adaptações a que o sindicalismo brasileiro terá de se submeter quando entrarem em vigor os dispositivos liberalizantes aprovados na Constituinte.

Barroso confia que, havendo empenho na convocação por parte dos sindicalistas mais combativos, a plenária será um sucesso. E está confiante de que ela poderá abrir novos rumos para o sindicalismo brasileiro em geral. Afinal de contas, lembra ele, nem só na CGT manifestam-se posições canhestas diante do momento de decisão que o país vive. Prova disso são os constantes ziguezagues que a CUT visivelmente descreve, ora mantendo posições sectárias, ora resvalando para a conciliação de classes.

(Antonio Martins)

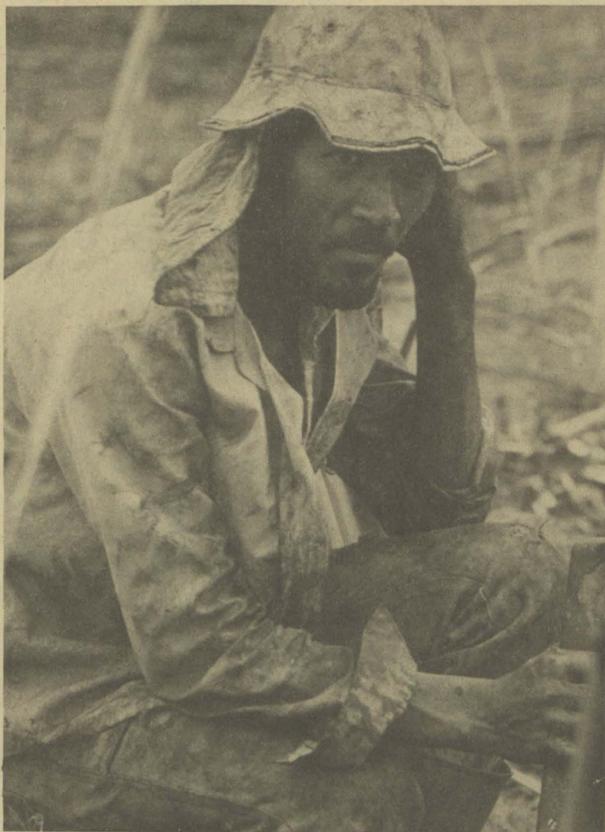
STR DE CAXIAS-RJ

Vitória da chapa unitária

Joaquim Antônio é o novo presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caxias, Rio de Janeiro. Ele foi eleito encabeçando a chapa 3, uma articulação unitária que abarcou militantes do PC do B, setores do PT e PDT. Sua posse será no dia 2 de maio próximo.

A Chapa 1, situacionista, apresentou, na última hora, uma lista de 70 nomes de sindicalizados com direito a voto que era desconhecida das outras duas chapas. Essa lista foi aceita, embora seu peso no colégio eleitoral — 318 sindicalizados — fosse grande.

Mesmo assim a chapa de Joaquim Antônio sagrou-se vencedora com 92 votos contra 90 da chapa 1 e apenas 22 da chapa 2. A plataforma vencedora envolve questões como a defesa da reforma agrária, assistência jurídica e acesso ao crédito agrícola para os lavradores, eletrificação da zona rural, drenagem das regiões encharcadas pelas recentes chuvas, instalação de postos de saúde e criação de um colégio de 2º grau na área. A chapa 3 também preconizou o fim do governo Sarney e diretas em 88.



A reforma agrária está presente no programa da nova diretoria

BANCO NACIONAL

Citibank compra e demite

Apesar de todas as restrições que ainda permeiam a atual legislação que regula a participação de bancos estrangeiros no mercado financeiro do país, o Citibank — um dos maiores credores da dívida externa brasileira — tornou-se proprietário de cerca de 40% das ações do Banco Nacional. É o que denuncia o Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro. Para começar com chave de ouro a nova participação acionária, a agência Santana do Banco Nacional demitiu, no último dia 12, 250 dos 650 funcionários, ou seja, cerca de 40% dos trabalhadores da agência, em sua maioria analis-

tas e programadores. A categoria, já ciente dos rumores sobre a transação, um pouco antes do desfecho já estava em estado de greve. Segundo o diretor do sindicato, Luís Felipe, "a direção do Nacional tentou passar a versão de que seriam contratados profissionais do Citibank, o que não se concretizou". O sindicalista aproveitou para denunciar a invasão do mercado brasileiro pelo capital financeiro multinacional. Durante as negociações que se seguiram às demissões, ficou acertado que a direção do banco se comprometeria a rever 100 das 250 pessoas demitidas,

a não descontar os dias parados, nem demitir quem tivesse participado do movimento grevista.

Outro representante dos trabalhadores, Rosevaldo Alves, está convencido de que "o Nacional está usando a tática de dividir os funcionários: atacou primeiro os profissionais de desenvolvimento de sistemas, sem tocar na área de produção. Só que se o número de analistas e programadores é reduzido consequentemente o setor de produção também será afetado". A perspectiva é de mais demissões em vários setores do banco. (da sucursal)

Toda força à reunião do dia 9

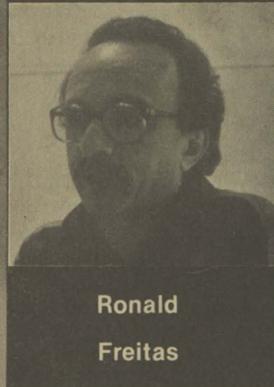
A recente votação da Constituinte que estabeleceu uma nova estrutura sindical no país é um importante passo no sentido do estabelecimento de um sindicalismo independente e unitário. Pelo aprovado, a partir da vigência da nova Constituição serão os sindicatos, através de suas assembleias, que determinarão seus estatutos, independentemente de modelos oficiais. Da mesma forma, os precedentes para a realização de eleições sindicais e os vínculos federativos e confederativos serão estabelecidos automaticamente por cada categoria.

A independência frente ao Estado, materializada no fim da tutela do Ministério do Trabalho e no estabelecimento da unicidade em todos os níveis, é o ponto central da nova estrutura sindical. Essa situação exigirá do movimento sindical uma prova de maturidade e um grande esforço político-organizativo voltado para o estabelecimento de normas comuns capazes de viabilizar esta nova estrutura.

A situação do movimento sindical às vésperas de mudanças tão significativas é complexa e de crise. Dividido entre CUT e CGT, submetido a uma disputa nunca antes vista em nossa história, o movimento é bombardeado por idéias incorretas e estranhas aos seus mais profundos interesses.

A CUT persiste em sua visão política estreita e sectária, e procura transformar os sindicatos em mero apêndice do PT. Seu rumo político oscila do sectarismo primário — só ela se julga combativa e de luta — ao reformismo encauçado — proposta de pacto social, travestida de "acordo coletivo nacional". Apoiada numa má-

Ponto de Vista sindical



Ronald Freitas

quina de propaganda bem montada e onerosa (quem custeia?), bafejada pela grande imprensa que lhe concede generosos espaços, ganha nome nos círculos políticos e costuma "capitalizar" os eventos de luta e mobilização sindical e popular. Sendo na essência anti-comunista, abriga no seu seio, entre outros renegados do marxismo, trotskistas, e círculos anticomunistas da Igreja.

A CGT, que de sua fundação até hoje não conseguiu se firmar como uma central de luta e combate, teve na maioria de sua Executiva, sob controle do "magrismo", o empecilho maior para seu desenvolvimento. A atual maioria desta Executiva desencadeou a partir da plenária de 30 de Janeiro último, processo de controle da entidade a partir da prática do "banditismo sindical", objetivando com isso transformar a central numa entidade a serviço da direita. Rasgando o programa e a plataforma de lutas

bem como o passado da CGT, a corrente de Magri e Medeiros usou de violência e de corrupção e teve a ajuda de órgãos ligados ao sindicalismo norte-americano para cooptar elementos vacilantes e oportunistas da Executiva.

Reagindo a essa situação, as CGTs estaduais procuraram tomar em suas mãos os rumos da entidade, e evitar o seu colapso. Entretanto esta iniciativa encontrou obstáculo na visão conciliadora e oportunista de certos círculos sindicais que procuram restabelecer um "modus vivendi" com Magri e seus seguidores até o Congresso da entidade, mesmo às custas da desmoralização completa a partir da implementação de uma política direitista, que já está em curso. O resultado disso é que a Plenária Nacional da CGT, convocada para 26 de março, foi suspensa, aprofundando a crise.

Cabe aos setores independentes e classistas da CGT reagir a essa ofensiva da direita e não se curvar à chantagem, à corrupção e ao oportunismo, procurando os meios e as formas de manter acesa a chama de um sindicalismo classista, politizando, independente, unitário e de luta. Por isso consideramos fundamental a realização de uma Plenária Nacional Sindical, que com base nas CGTs estaduais e em sindicatos independentes discuta essa situação, aprecie o momento político que o país atravessa, abra uma discussão sobre a adequação da estrutura sindical aprovada na Constituinte à vida, e tome medidas políticas e organizativas capazes de garantir a continuidade, no Brasil, de um sindicalismo participante da luta de todo o povo por uma Pátria livre.

ESTATAIS

União contra o arrocho

O governo Sarney enfrentará sólida resistência, se decidir levar adiante os planos de congelar os salários dos funcionários públicos e dos trabalhadores em empresas estatais. Pelo menos isso é o que pôde concluir quem observou, na semana passada, tanto as intensas articulações desenvolvidas pelas lideranças desses trabalhadores quanto o processo de mobilização massiva já iniciado por algumas categorias.

Um sinal claro da disposição de luta foi a realização, nos dias 12 e 13, do I Encontro Nacional dos Trabalhadores em Empresas Estatais. O evento foi marcado não só pela participação ampla de entidades — 94 ao todo, representando de 70 a 80% do setor — quanto pela importância das categorias envolvidas. Entre outros estiveram presentes os funcionários dos bancos oficiais, da Petrobrás, da Rede Ferroviária Federal, da Vale do Rio Doce, das empresas de telecomunicações e das siderúrgicas e petroquímicas estatais. A CGT e a CUT deram seu apoio.

PAUTA UNITÁRIA

Os resultados principais da reunião, segundo relatou à **Tribuna Operária** Paulo Eduardo de Freitas, presidente da Associação dos Servidores do Banco Central, foram uma pauta de reivindicações unitárias e um bem articulado plano de lutas. Os funcionários de estatais repudiam o fim da URP e exigem a reposição das perdas salariais sofridas nos últimos anos. Além disso assumem compromissos políticos importantes, especialmente de lutar contra a privatização das empresas públicas e por diretas para presidente em 88. Para impedir que o governo ponha em prática o congelamento de salários realizarão no próximo dia 24 um Dia Nacional de Mobilização, e uma greve geral se for decretado o

fin da URP. A greve, garantiu Paulo Eduardo, foi assumida por unanimidade por todas as lideranças presentes à reunião.

O mesmo grau de unidade verificado no Encontro repetiu-se no dia 15, quando os funcionários da administração direta organizaram um protesto nacional onde teve destaque a mobilização dos previdenciários. Segundo a Federação Nacional da Categoria (FENASPS) as atividades foram inteiramente paralisadas em 19 Estados, sendo que no Rio e em Brasília houve manifestações de rua. Líderes de servidores ouvidos pela imprensa em várias regiões do país fizeram questão de destacar o clima intenso de mobilização que reina nas bases.

APOIO SOCIAL

Para o dia 24 esperam-se iniciativas ainda mais marcantes. Além da manifestação conjunta no fim da tarde, em todas as grandes cidades, em cada local de trabalho haverá formas específicas de protesto. Os 30 mil ferroviários de S. Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais já decidiram que farão "operação tartaruga", e os metalúrgicos da Companhia Siderúrgica Nacional, em Vol-



Dia 24, novas mobilizações para preservar um patrimônio do povo

ESCOLAS PRIVADAS

Abuso nos aumentos

O governo Sarney acrescentou mais um ingrediente à crise do sistema educacional brasileiro ao liberar do controle do CIP os reajustes das mensalidades das escolas particulares, o que fez através do Decreto-Lei n.º 95.720, baixado no dia 11 de fevereiro. Os estudantes estão indignados. O valor dos encargos educacionais, agora fluindo ao livre arbítrio dos proprietários de escolas, vem subindo de forma assustadora e abusiva.

Conforme a vice-presidente da União Municipal dos Estudantes Secundaristas (UMES) de São Paulo, Nara Guisoni, "apenas no mês de março as mensalidades foram elevadas com base em percentuais que vão de 70 até 130%. Os secundaristas estão revoltados e em várias escolas surgem lutas, grande parte das vezes de maneira espontânea, contra os aumentos abusivos e pelo rebaixamento das mensalidades".

REVOLTA ESPONTÂNEA

Guisoni conta que em algumas escolas as manifestações

de protestos tornaram-se incontáveis. Os alunos chegaram até a quebrar vidros dos estabelecimentos. "Embora nós, da UMES, não apoiemos, nem muito menos estamos incentivando atos desta natureza, é preciso que todos reconheçam que eles mostram que o grau de descontentamento dos estudantes é muito grande." Ela acentua que "os protestos são generalizados. O Colégio Rodrigues Alves, por exemplo, na Vergueiro, realizou uma greve, sob a orientação da UMES, contra o aumento de 80%. No Colégio Manuel Bandeira, em Santo Amaro, os estudantes também paralisaram, negociaram e conseguiram uma redução dos reajustes. Os proprietários queriam impor 75% mais a URP, mensal, de 16%. Nós, os alunos e a UMES, conseguimos diminuir essa pretensão para 58% mais aumentos mensais de 11%".

— Em outras escolas o movimento também tem conseguido vitórias — ressalta a vice-presidente da UMES. Nós

lutamos pelo rebaixamento das mensalidades, ao mesmo tempo em que procuramos elevar o nível de organização dos secundaristas, incentivando a criação de grêmios e a negociação com a participação dos dirigentes dos grêmios. No dia 17 realizaremos um ato público no MASP — Avenida Paulista —, organizado pela UMES, UPES, UBES e UNE, precedido de uma concentração, às 18h30 hs, no Largo Ana Rosa, de onde seguiremos em passeata até a Paulista.

ATO-SHOW

No próximo dia 28, a UMES realizará no Teatro Caetano de Campos, na Praça da República, às 20 horas, um ato-show em homenagem ao estudante Edson Luiz, assassinado pela repressão no dia 28 de março de 1968, no restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro. Já estão confirmadas as participações dos músicos e compositores Tom Zé, Sérgio Coelho, Passoca, Iara Janra e o grupo Cobras de Cipó.



Depois de várias décadas de atuação comunista, José Duarte, com 81 anos, abandonou a militância revolucionária. Cedeu aos impulsos de sua própria vaidade e transformou-se em presa fácil para a propaganda das forças mais reacionárias. Já por duas vezes Duarte se presta a colaborar com a campanha promovida pelo "Estadão" contra o PCdoB, com declarações fora de propósito.

A Direção Nacional do PCdoB tem recebido cartas de organismos de várias partes do país condenando estas atitudes e solidarizando-se com as providências tomadas pelo partido a fim de esclarecer o caso. A TO recebeu, a respeito um poema de Márcia Viotto, de S. Paulo:

"E agora, José?"

*E agora, José?
você que ora se chamou João
Manuel ou Sebastião
você que se escondeu e se expôs
você que por horas morreu e reviveu
você que errou e teve a mão estendida do Partido
para continuar a seguir o caminho marxista-leninista
você que em meio à geração da Coca-Cola e do chicletes
deu um sopro de vida coletiva
lição de força ideológica
a tantos companheiros presentes ausentes
você que não se curvou nos momentos difíceis
que sempre foi exemplo admirável e inesquecível*

*Cadê você, José?
sua cor vermelha desorganizada
cadê sua força ideológica?
sua convicção na classe operária e no Partido?*

*E agora José?
só podemos lamentar entristecidos
pelo seu desfecho soturno
Você que desejava morrer enrolado na bandeira do PC do B*

*Será o tempo?
o sofrimento vivido por você?
será sua estrutura inabalável abalada?*

*Lucrimos sua consciência corrompida
no fim da vida
manchar seu passado glorioso e terminar assim
bastante vaidoso e egoísta
Nós que contávamos com você, velho Duarte.*

*Sem dívida a revolução perde um homem,
um soldado, um comandante, um chefe
como queira!
O importante, no entanto, José,
é você sabe:
A classe operária é indestrutível
saberá enfrentar a perda inevitável
como uma ferida em cura
lutará, se necessário for, até contra você
armando seu ataque final
para exterminar com a classe burguesa
odiosa que nos oprime
e trará em alto tom
a vitoriosa canção da Internacional Comunista.*

(Márcia Regina Viotto)



Secundaristas protestam contra aumentos na Paulista. Um novo ato foi marcado para o próximo dia 17

TRABALHO ESCRAVO/SP

Lenhadores ludibriados

Em Itapetininga, interior de São Paulo, foi descoberto recentemente mais um foco de utilização de trabalho escravo. A empresa envolvida, Transfrank Comércio de Madeiras, de Piracicaba, utilizou-se de propaganda mentirosa para atrair mais de 70 famílias de lenhadores da região. Através da Rádio de Itararé, prometeu "ótimos salários com direito a moradia e todo tipo de assistência". Agora, entretanto, os trabalhadores denunciam que estão "presos" e vivem em condições sub-humanas.



Em meados do mês passado, oito famílias de lenhadores procuraram o Sindicato dos Trabalhadores Rurais da região e as autoridades locais para denunciar as péssimas condições de trabalho e moradia. Eles revelaram que os trabalhadores que se revoltam são maltratados pelos diretores e jagunços da Transfrank. Até agora, no entanto, nada foi feito para solucionar os problemas e punir a empresa.

BARRACOS PRECÁRIOS

Quanto a questão da moradia, quando as famílias chegaram ao local foram jogadas em barracos no bairro de Rechã. O misero alojamento, com mais de 30 barracos, fica ao lado de um grande banhado. São constantes as inundações, com as famílias perdendo o pouco que possuem. O

bairro também não conta com qualquer infraestrutura. As fossas ficam a céu aberto. Segundo informações do Posto de Saúde da região, recentemente houve um surto de desidratação nas crianças do alojamento.

Em cada minúsculo barraco reside uma média de 11 pessoas. Em alguns vivem até duas famílias. A assistência prometida também é outro engodo. A criança do lenhador Juarez Gomes Viana, por exemplo, ficou doente e somente cinco dias após foi atendida pela administração da Transfrank. Quando chegou a Santa Casa de Angatuba já era tarde. Outra prova de descaso ocorreu com o Antônio Constantino dos Santos, de 16 anos. Ele sofreu acidente no corte da lenha e ficou 12 horas aguardando socorro.

LIVRARIA VITÓRIA

A Livraria Vitória já está atendendo pelo Reembolso Postal. Não é necessário mandar dinheiro ou cheque. Basta fazer o pedido e indicar o endereço para entrega. O pagamento será feito no correio, após recebimento de aviso. A lista de preços abaixo é provisória e está sujeita a alterações sem aviso prévio. A Livraria Vitória pode remeter também livros não constantes da relação, desde que o leitor indique título, autor e editora.

LENIN	
Biografia (encadernada)	1.920,00
Obras Escolhidas (6 volumes) — volumes 1 e 2	990,00
Obras Escolhidas (6 volumes) — volumes 3 e 4	620,00
Materialismo e Empirio-crítico (encadernado)	300,00
A Aliança da Classe Operária e Camponesa (encadernado)	240,00
Lenin e a Família Ulianov (encadernado)	150,00
A Defesa da Pátria Socialista	120,00
Um Passo em Frente, Dris Atrás	120,00
Como Iludir o Povo	330,00
Sobre os Sindicatos	640,00
Partido Proletário de Novo Tipo	480,00
A Ditadura do Proletariado e o Renegado Kautsky	465,00
Aos Pobres do Campo	560,00
Teses de Abril	400,00
Escritos Militares	490,00
Sobre a Emancipação da Mulher	520,00
STALIN	
O Marxismo e o Problema Nacional e Colonial	465,00
OUTROS	
Obras Escolhidas de Dimitrov (6 volumes)	cada: 960,00
O Socialismo na Albânia (Jaime Sautchuk)	640,00
Albânia, Horizonte Vermelho nos Balcãs (Luiz Manfredini)	755,00
Memórias da Geração Urbana (Clóves Geraldo)	180,00
A Dialética Materialista (Alexandre Cheptulin)	1.140,00
A Concepção Materialista da História (Plekhanov)	244,00
Princípios Elementares de Filosofia (G. Politzer)	990,00
A Filosofia e os Mitos (G. Politzer)	570,00
A Concepção Materialista da Revolução Francesa (A. Z. Manfred)	300,00
Do Feudalismo ao Capitalismo (A. Z. Manfred)	390,00
A Sociedade Primitiva (V. Diakov e S. Kovalev)	350,00
A Origem do Homem (Ernest Aekel)	350,00
Constituição da Albânia	80,00
A Luta Contra o Revisionismo (Enver Hoxha)	100,00
História das Lutas Sociais no Brasil (Everaldo Dias)	1.215,00

História Econômica do Brasil (Caio Prado Junior)	1.280,00
Trabalho Urbano e Conflito Social (Boris Fausto)	690,00
Consciência Operária no Brasil (Celso Frederico)	495,00
Os Sindicatos Brasileiros, Org. e Função Política (Fuchtnet)	675,00
Saúde nas Fábricas (Giovani Henrique)	625,00
O Problema do Sindicato Único no Brasil (Evaristo Moraes)	1.530,00
Sindicato e Democratização (Ricardo Maranhão)	440,00
Poder (Howard Fast)	900,00
A Mãe (Máximo Gorki)	1.250,00
A Velas Abertas da América Latina (Eduardo Galeano)	670,00
Quarup (Antonio Calado)	650,00
Poemas (Bertolt Brecht)	1.120,00
Poemas (Ferreira Gullar)	590,00
Os Melhores Contos (Lima Barreto)	590,00
Confesso que Vivi (Pablo Neruda)	1.200,00
Lima Barreto — O Escritor Maldito (Lima Barreto)	480,00
Viva o Povo Brasileiro (João Ubaldo Ribeiro)	1.585,00
A Revolta da Chibata (Edmar Morel)	400,00
Batismo de Sangue	825,00
Os Dez Dias que Abalaram o Mundo (John Reed)	880,00
Guerrilha da Embaixada	485,00
História da Ação Popular (Aldo Arantes e Haroldo Lima)	650,00
Em Câmara Lenta (Renato Pompeu)	630,00
Praxedes — Um Operário no Poder (Moacyr de O. Filho)	450,00
Che, Vinte Anos Depois	480,00
A Ilha (Fernando Moraes)	310,00
Lamarca	790,00
Guerra de Guerrilhas no Brasil (Fernando Portela)	980,00
Diário da Guerrilha do Araguaia (Clóvis Moura)	350,00
A Nova Mulher e a Moral Sexual (Alexandra Kollontai)	290,00
A Situação e Organização da Mulher (Zuleika Alamberti)	290,00
O Marxismo e a Revolução Sexual (Alexandra Kollontai)	410,00
Para a Ciência da Libertação da Mulher (Isabel Langua)	380,00
Manifesto-programa e Estatutos do PCdoB	10,00
Revista "Princípios" n.º 14	120,00
Revista "Princípios", outros números	100,00
Revista "Debate Sindical", n.º 4	80,00
Revista "Presença da Mulher", n.º 5 a 7	60,00
Agenda da Mulher 88	200,00
Paixão de Sacco e Vanzetti	1.040,00
Enciclopédia Filosófica Roland Corbier	765,00
Pelos Meandros do Tempo (Amarylis Schberbach)	200,00
No Outono a Poesia (Edson R. Guilhaume)	150,00

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53 — Bela Vista — São Paulo - SP — CEP 01318 — Telefone: 36-7531 (DDD 011) — Telex: 1132133 TLOBR
Jornalista Responsável: Pedro de Oliveira
Conselho de Direção: Rogério Lustosa, Olívia Rangel, Bernardo Jofilly
ACRE: Rio Branco: Edifício Felício Abrahão, 2º andar, sala 32 — CEP 69900
ALAGOAS — Arapiraca: Pça. Luís Pereira Lima, 237 Sobreloja CEP 57000
Maceió: Rua Cincinato Pinto, 183 — Centro — CEP 57000
AMAZONAS — Manaus: R. Simon Bolívar, 231 (ant. Pça. da Saudade) — Caixa Postal 1439 — Rua João Pessoa 53, São Lázaro. Fone: 237-6644 — CEP 69000
BAHIA: Camaçari: R. José Nunes de Matos, 12 — CEP 42.800
Felras de Santana: Av. Sr. dos Passos, n.º 1399 — 2º andar — sala 1415 — CEP 44100

Itabuna: Av. do Cinquentenário, 928 1º andar sala 1 — Centro — CEP 45600. **Itapetininga:** Av. Santos Dumont, 44 1º andar Centro. **Juazeiro:** Rua Américo Alves, 6-A CEP 44060. **Paratinga:** Rua Marechal Deodoro, 30 Centro CEP 47500. **Salvador:** R. Conselheiro Junqueira Ayres, 41 — Barris — CEP 40000. **Simões Filho:** Praça 7 de setembro (prédio da ant. Cimess) — CEP 43700.
DISTRITO FEDERAL: Brasília: HIGS Bloco G Casa 67 — CEP 70302 — Telefone 225-8202.
CEARA — Fortaleza: Av. Cristóvão Gonçalves, 789 CEP 60000. **Iguatú:** Pça. Otávio Bonfim, s.n. Altos — CEP 63500. **Sobral:** Av. Dom José, 1236 sala 4 CEP 62100
ESPIRITO SANTO — Cachoeiro do Itapemirim: Pça. Gerônimo Monteiro, 89 sala 2 Centro — CEP 29300. **Vitória:** Rua Prof. Baltazar, 152 CEP 29020
GOIÁS — Goiânia: Rua 3, n.º 380 casa 6 CEP 74000. **Anápolis:** Rua 14 de ju-

lho, 821 Centro — CEP 77100
MARANHÃO — São Luís: Rua Osvaldo Cruz, 921 Centro Fone: 221.5440 CEP 65000
MATO GROSSO — Cuiabá: Rua Copmandante Costa, 548 Fundos CEP 78030 — Fone 321-5095
MATO GROSSO DO SUL — Campo Grande: Rua Maria Madalena, 5 CEP 79010
MINAS GERAIS — Belo Horizonte: Rua Padre Belchior, 285 Centro — Fone 224-7605 — CEP 30000
PARÁ — Belém: Rua Manoel Barata 993 CEP 66000
PARAIBA — João Pessoa: Pça. 1817 n.º 116 2º andar Centro CEP 58020

Campina Grande: Praça da Bandeira, 117 1º andar Centro CEP 58100
PARANÁ — Curitiba: Rua Saldanha Maranhão, 370 2º andar CEP 80000 Fone: 222-9120. **Londrina:** Rua Sergipe, 984 sala 206 2º andar CEP 86100
PIAUÍ — Teresina: Rua Desembargador Freitas, 1459 Fone: 222.2044 CEP 64000
PERNAMBUCO: Cabo: Rua Vigarão Batista, 266 CEP 54500. **Garanhuns:** Rua Dantas Barreto, 5 sala 1 Centro CEP 55300. **Recife:** Rua do Sossago, 221, Boa Vista CEP 50750
RIO GRANDE DO NORTE: Natal: Rua Jundiaí, 420-A CEP 59000 — Cid. Alta
RIO GRANDE DO SUL: Porto Ale-

gre: Rua Vig. José Inácio, 687 3º andar CEP 90020. **Caxias do Sul:** Rua Bento Gonçalves, 2049 CEP 95100. **Canoas:** Rua Tiradentes, 130 sala 405 CEP 92100. **Cruz Alta:** Rua João Manoel, 433 CEP 98100. **Pelotas:** Rua Tiradentes, 2394 1º andar CEP 96010. **Santa Maria:** Rua Mal. Floriano Peixoto, 1357 Fundos — CEP 97100. **Novo Hamburgo:** Rua Lucas de Oliveira, 96 sala 6 CEP 93510. **Rio Grande:** Rua Gal. Vitorino, 746-A CEP 96200
RIO DE JANEIRO — Rio de Janeiro: Rua 4º de Março, 8 2º andar Fone: 252-9935 CEP 20000 — Niterói: Av. Amarel Peixoto 370 sala 908 Centro — CEP 24000. **Duque de Caxias:** R. Nunes Alves, 40 sala 101 CEP 25000. **Nova Iguaçu:** Trav. Renato Pedrosa, 35 sala 319 CEP 26000
SANTA CATARINA — Florianópolis: Pça. XVI de Novembro, 121 sala 705 Caixa Postal: 1231 CEP 88075
SÃO PAULO — São Paulo: Rua Condessa de São Joaquim, 272 Fone 277-

322 CEP 01318 Bela Vista. **Americana:** Av. Dr. Antônio Lobo, 281 sala 6 CEP 13470. **Botucatu:** R. Armando de Barros, 817 1º andar sala 2 CEP 18600. **Campinas:** Rua Senador Saravia, 448 Fone 2-6345 CEP 13100. **Mariília:** R. Dom Pedro 180 CEP 17500. **Ossasco:** Rua Ten. Avelar Pires de Azevedo, 20 2º andar, sala 12 CEP 06000. **São Carlos:** Av. São Carlos, 2119 Caixa Postal 533 CEP 13680. **Taubaté:** Rua Anísio Ortiz Monteiro, 41 CEP 12100. **São José dos Campos:** Rua Vilaça, 195 1º andar sala 19 CEP 12200. **Guarulhos:** R. Pe. Celestino, 42 sala 8 2º andar CEP 12200
SERGIPE — Aracaju: Rua Itabalânia, 145 sala 104 CEP 49010
A Tribuna Operária é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda. Composição Past-up, Fotos e Impressão: Cia. Editora Jorjues. (Fone: 845-4999) São Paulo SP.

A força da União Metalúrgica

A base metalúrgica da capital paulista, com mais de 340 mil operários, conta com um novo instrumento na sua luta contra a exploração capitalista e contra o peleguismo que se encastelou na sua entidade — o poderoso Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Foi fundada no último dia 11 a União Metalúrgica, uma organização ampla, composta por reconhecidas lideranças da categoria.

O ato de fundação, na sede do Sindicato dos Condutores de Veículos, teve a presença de mais de 200 pessoas. Entre elas, inúmeros integrantes de Cipas, membros de três Comissões de Fábricas e combativos ativistas sindicais. Na oportunidade, foi exposto o programa da nova articulação e apresentada a sua coordenação provisória — formada por 11 lideranças fabris. Em apoio à União Metalúrgica, discursaram dirigentes dos sindicatos de metalúrgicos do Rio de Janeiro e de Betim (MG), o deputado constituinte Edmilson Valentin e o presidente do Partido Comunista do Brasil, João Amazonas, além de vários sindicalistas da base.

Para conhecer melhor as propostas da União Metalúrgica, a Tribuna Operária entrevistou três integrantes de sua coordenação: os ex-diretores do sindicato Neleu Alves, operário da Brasilata, e Vital Nolasco, da Metal Leve; e o membro da Comissão de Fábrica da Mafersa, Valmir Santana.

Fotos: Aguinaldo Zordenoni



Cerca de 200 pessoas estiveram no ato de fundação da União Metalúrgica. Biro-Biro, coordenador da Comissão de Fábrica da Mapri, fala aos participantes.

TO: Quais são os objetivos da União Metalúrgica?

Neleu: Pretendemos organizar uma corrente sindical classista entre os metalúrgicos da nossa base. Uma corrente ampla, democrática, combativa e enraizada nas fábricas. Uma corrente que contribua para o avanço da luta da nossa categoria e trave o debate com as posições patronais do atual presidente do sindicato, o Luiz Antônio Medeiros. Nosso objetivo é levar os trabalhadores para dentro de seu sindicato, pressionando e desmascarando a direção pelega da nossa entidade de classe. Não queremos assumir o papel do sindicato e não cairemos no erro de formar uma entidade paralela. Apesar dos pelegos, o sindicato é nosso.

"Vamos trabalhar pela organização nas fábricas"

Valmir: Outro objetivo importante é a organização dos trabalhadores no interior das empresas. A União Metalúrgica deverá contribuir para formação de novas Comissões de Fábricas e para o fortalecimento das já existentes. Temos claro que só com a organização nas empresas, onde se dá de forma mais direta a exploração capitalista, é que a classe operária avançará nas suas lutas e conquistas.

Sabemos que não é fácil conquistar e construir as Comissões de Fábricas. Os patrões não toleram qualquer democracia nas empresas. Mas vamos realizar um trabalho persistente e paciente nesse rumo. Utilizaremos todos os instrumentos para organizar o coletivo fabril. Um deles é o "grupo de fábrica", que não é reconhecido pela empresa e seus integrantes não possuem estabilidade no emprego. Se ele tiver força, respaldo entre os trabalhadores, no momento de um confronto, de uma greve, podemos exigir a legalização da Comissão de Fábrica. Outro é a Cipa. Há também o representante interno, aprovado na Constituinte, para empresas com mais de 200 operários. Precisamos estudar como aproveitá-lo.

TO: A União Metalúrgica fará oposição frontal à diretoria do sindicato. Mas como funciona na prática o "sindicalismo de resultados" do Luiz Antônio?

Vital: Na verdade, resultados não existem. Nem mesmo no aspecto financeiro. A prática da atual diretoria, do Luiz Antônio, é pelega, imobilista. Como não há luta, não existem conquistas, resultados. O piso salarial da categoria é um dos mais baixos do país. Os acordos firmados recentemente são os piores da história dos metalúrgicos.

Nesses poucos meses de gestão do Luiz Antônio, o que a gente percebe é que o sindicato se afastou da categoria. Os di-

retos sindicais quase não aparecem nas portas de fábricas. Na diretoria anterior havia greve quase toda semana. Agora é difícil ocorrer paralisações. Quando ocorrem são espontâneas e, em muitas delas, a direção sindical é contra. Essa política de se afastar da base fica clara até nos aumentos constantes das mensalidades dos sócios. De novembro para cá a taxa para sindicalização aumentou de Cz\$ 30,00 para Cz\$ 150,00. A mensalidade pulou de Cz\$ 20,00 para Cz\$ 70,00. A diretoria atual não faz nenhum esforço para aumentar a sindicalização, não realiza qualquer campanha.

"Diretoria atual joga no atraso dos metalúrgicos"

Valmir: O resultado efetivo da ação do Luiz Antônio é a desorganização da categoria. A atual diretoria vê como uma ameaça o surgimento de qualquer liderança na fábrica ou o início de uma organização na empresa. O Luiz Antônio, por exemplo, é radicalmente contra a formação das Comissões de Fábrica. Ele declarou isso numa reunião na Fiesp.

Neleu: Em resumo dá para se dizer que a atual diretoria está jogando no atraso da categoria. Ela faz um discurso contra a politização das lutas operá-

rias, ao mesmo tempo em que defende as posições políticas dos capitalistas. Para promover esse retrocesso, ela joga na desorganização da categoria e revive os velhos tempos da ditadura, utilizando-se de métodos autoritários. Hoje não há qualquer democracia no nosso sindicato. O Luiz Antônio vive escoltado por capangas, com medo dos trabalhadores. As assembleias são controladas por gangs que impedem qualquer acesso ao microfone. Só o presidente fala nas assembleias. E, infelizmente, devido às provocações da diretoria, voltaram as brigas e tumultos nas assembleias — o que só afasta o trabalhador do sindicato.

TO: Diante desse quadro, qual será a postura da União Metalúrgica?

Neleu: Como já foi dito, atuaremos no sindicato. Não vamos fazer o jogo dos pelegos abandonando a entidade. Vamos mobilizar a categoria para participar de todas as atividades do sindicato, de todas as assembleias. Agora, faremos isso de forma organizada. Qualquer dispersão facilita os golpes e as manobras do Luiz Antônio. Atuaremos como oposição frontal à prática pelega da atual diretoria. Denunciaremos seus conchavos com os patrões e o governo. Presionaremos para que o nosso sindicato assuma as lutas da categoria. Através dessa ação é que vamos desmascarar os

pelegos e construir uma forte organização de oposição.

TO: E como a União Metalúrgica se relacionará com as outras forças de oposição existentes na base sindical?

Valmir: Antes é preciso deixar claro que existem grandes diferenças entre a concepção sindical da União Metalúrgica e a das outras correntes de oposição que atuam na base metalúrgica de São Paulo, como o Mosmsp e a Alternativa. Pretendemos construir uma corrente classista, que lute pelos interesses imediatos da classe operária, mas aponte para a necessidade de acabarmos com o sistema de exploração capitalista. Ou seja: será uma corrente que defende o socialismo, que rejeita o economicismo.

"Ação no sindicato para desmascarar os novos pelegos"

Esse é um ponto fundamental de diferenciação. Algumas correntes oposicionistas, vinculadas à CUT, têm uma prática reformista. Privilegiam apenas as lutas imediatas e, em muitos casos, acabam conciliando com os patrões. Há também o outro extremo. Algumas correntes, também abrigadas na CUT, que pregam o aventureirismo. Não levam em consideração a reali-

dade da classe. Tentam radicalizar artificialmente as lutas e adotam uma prática de paralelismo sindical. Outra questão importante é que, no geral, essas correntes são exclusivistas. Para eles, quem não é da CUT não presta. Isso acaba dividindo a categoria, como ocorreu na recente eleição do sindicato com a formação de duas chapas de oposição.

Vital: Apesar dessas diferenças de concepções e método de trabalho, vamos procurar a unidade da categoria. O nosso inimigo principal é o Luiz Antônio, que é o representante dos patrões no sindicato. Ele conta com a poderosa máquina sindical, com o auxílio dos patrões e do governo, com a propaganda da imprensa burguesa, etc. É um inimigo forte que se utiliza de métodos sujos e ditatoriais. Nenhuma corrente de oposição é hegemônica na categoria. Daí a necessidade de somar forças para fazer a luta operária avançar e para desmascarar a direção pelega.

Neleu: Entendemos que essa unidade vai se dar na luta, na ação concreta. Ela se expressa na ação organizada numa assembleia, na ação conjunta, numa greve e na própria organização dos trabalhadores no interior das fábricas. A União Metalúrgica terá independência, mas não se isolará. Estamos abertos a qualquer aliança que represente avanços para a classe.

O saldo da greve do magistério

Após 34 dias de greve, os servidores estaduais do setor de educação de São Paulo decidiram retornar ao trabalho. A Assembleia que aprovou o fim da paralisação no magistério, realizada na terça-feira, dia 15, contou com a presença de cerca de 40 mil trabalhadores e gerou descontentamento numa parcela dos grevistas. Isto porque o acordo proposto pelo Governo Quéricia ficou abaixo das expectativas. Ele fixa um reajuste de 18% a partir de 1º de abril sobre os 70% concedidos ao conjunto do funcionalismo paulista — aproximadamente 600 mil servidores.

Na própria avaliação das cinco entidades sindicais do setor (Apeoesp, Udemo, Apa-

se, CPP e Afuse), o acordo aprovado na Assembleia não representa um grande avanço do ponto de vista econômico. Mas elas propuseram a aceitação a partir da avaliação que a greve entrou em deslenço na última semana que o governo estadual não cederia mais nada. "Manter a greve seria sair rachado do movimento. Saímos unidos para retornar mais fortes no mês de abril, quando vamos negociar o trimestral", argumentou o presidente da Apeoesp.

Além do índice de reajuste ter ficado abaixo do reivindicado, o acordo não contempla o conjunto do funcionalismo, nem mesmo todo o magistério. Ele atinge apenas os 200 mil professores da rede esta-

dual. Por outro lado, o governo ainda negociará a questão do pagamento dos dias parados e das mudanças no Estado do Magistério. O governo também se recusa a anular as punições efetuadas na greve — como a demissão de 87 funcionários do Hospital das Clínicas da capital paulista.

AVANÇO POLÍTICO

Apesar da pequena melhoria econômica, as lideranças do magistério concordam que a greve foi positiva do ponto de vista político e organizativo. Elas ressaltam o fato do movimento ter desmascarado o governo Quéricia. Desde o início da campanha, o governo assumiu uma atitude arro-

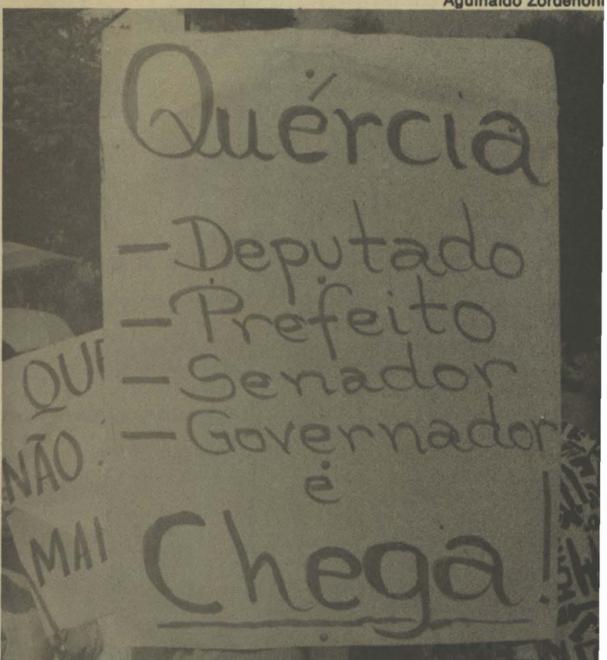
Aguinaldo Zordenoni

gante, recusando-se a negociar ou enviando intermediários. Além disso, acionou várias vezes forte esquema policial para intimidar os grevistas.

A coesão e combatividade do magistério, entretanto, fez com que "Quéricia saísse do pedestal". No sábado, dia 12, ele foi obrigado a negociar diretamente com as entidades sindicais do funcionalismo. O forte aparato militar também não foi acionado para assembleia de terça-feira. No processo de confronto, a imagem do governador e de seu partido, o PMDB, saiu extremamente desgastada. Os grevistas fizeram canções e cartazes ridicularizando a pretensão de Quéricia de ser presidente da República.

A greve também demonstrou o grande potencial de luta da categoria. Apesar de todos os obstáculos criados pelo governo, os funcionários do setor de educação sustentaram por longo tempo a paralisação. A maturidade ficou demonstrada inclusive na decisão de não assinar o ponto nas escolas. "Ao assumir essa postura, diferente das greves anteriores, os professores deram um salto no nível de consciência. Bancaram a greve e inclusive seus riscos. Mostraram que não dependem desse requisito para ir à luta", explica Raquel Guisoni, integrante do conselho da Apeoesp.

Outro dado positivo da greve foi a unidade alcançada pelas entidades do magistério. Essa se consolidou no processo da mobilização e possibilitou a realização de assembleias e manifestações conjuntas.



Em vários cartazes grevistas ridicularizam o governador

Também houve avanços na conquista do apoio da população. Pais e alunos se juntaram na defesa da greve e da melhoria do ensino público.

FALHAS NA DIREÇÃO

"Todo o processo da nossa greve foi rico", comenta Cláudio Gomes Fonseca, membro do Conselho de Representantes da Apeoesp. "O magistério avançou no seu nível de consciência, politizou mais sua luta, quebrou um pouco de seu corporativismo e melhorou seu nível de organização", afirma Cláudio e Raquel, entretanto, também apontam alguns

pontos falhos na condução do movimento. Numa avaliação inicial, acreditam que a direção da greve, particularmente a diretoria da Apeoesp, pecou por certo defensismo. Lembram que a última assembleia havia deliberado realizar a manifestação do dia 15 em frente ao Palácio dos Bandeirantes, "para colocar o Quéricia contra a parede". Mas isso não ocorreu. Criticam também as propostas de calendário do movimento, com manifestações muito espaçadas, que permitiam maior pressão do governo e certo desânimo entre os grevistas.



Em assembleia realizada no dia 15, servidores do setor de educação decidem retornar ao trabalho